

O Imaginário na Imigração Italiana



[REDACTED]
Avenida Dr. Augusto de Toledo, 255 - Santa Paula
São Caetano do Sul (SP)
CEP 09541-520
Telefones: 4221-9008 - 4221-7420
www.fpm.org.br
e-mail: fpm@fpm.org.br

Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul
Séries Cadernos de História, Documenta e Ensaios

Direção: Profa. Sônia Maria Franco Xavier

Volumes Publicados:

1. José de Souza Martins, *Diário de Fim de Século. Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no século XIX*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
2. *8º Grupamento de Incêndio 32 anos de História*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
3. Yolanda Ascencio, *Meio século de Legislativo em São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998. 2ª edição revista e ampliada, 1999.
4. Sonia Maria Franco Xavier (org.), *Jayme da Costa Patrão:...um traço marcante na autonomia. São Caetano do Sul*: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
5. Rui Ribeiro, *Notas de Realejo. Estudos sobre Literatura e MPB*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
6. Guido Carli, *Sti àni gera... cussí (Antigamente era assim)*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
7. Agvan de Andrade Matos, Rosemeire Bento Simões (org.), *Cotidiano Redescoberto, alunos desvendam a História no Bairro Prosperidade*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul: Escola Estadual Laura Lopes, 1999.
8. *Anais do III Congresso de História do ABC. À Sombra das Chaminés. A Produção da Cultura no ABC*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1999.
9. Deliso Villa, *História Esquecida*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2000.
10. Eliane Mimesse, *A Educação e os Imigrantes Italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar. São Caetano do Sul*: Fundação Pró-Memória, 2001.
11. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, *Um olhar poético sobre São Caetano*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2002.
12. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, *Vozes da Vizinhança - Os bairros de São Caetano por seus moradores*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2003.

Este livro integra o *Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória*, do período administrativo 2001-2004 (prefeito Luiz Olinto Tortorello), cujo objetivo é resgatar a História do Município e da região através da publicação de pesquisas e documentos inéditos.

José de Souza Martins
(Universidade de São Paulo)

O Imaginário na Imigração Italiana

Fundação Pró-Memória
São Caetano do Sul
2003

ISBN: 85-86788-21-X
Feito o depósito legal.

FICHA CATALOGRÁFICA:

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CAETANO DO SUL.

Martins, José de Souza.

M386i O Imaginário na Imigração Italiana. José de Souza Martins.
São Caetano do Sul, SP. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul,
2003./ Série Cadernos de História 2 :/ 103p.

1.Colonização. 2. História imigração.
3.Imigração. 4. Formação Social

CDD.325.981

Ficha composta por Jussara Ferreira Muniz

Fundação Pró-Memória - série Cadernos de História

Direção: profa. Sônia Maria Franco Xavier
Digitalização de imagens: Fabíola Fioravante
Organização: Maria Aparecida M.Fedatto
Capa: Perfil da Igreja Matriz da Fundação
Editoração: Antonio Devanir Leite Júnior- Mtb. 19.866
Carvalho e Reis Gráfica e Editora Ltda - ME

Este pequeno livro é para

Urames Pires dos Santos
e
Mário Porfírio Rodrigues

*- aos quais devo
o primeiro e decisivo encorajamento
na minha trajetória intelectual.*

ÍNDICE

Introdução.....	17
Capítulo 1.....	21
- <i>A viagem do vapor "Europa" ao Atlântico sul, em julho de 1877</i>	
Capítulo 2.....	55
- <i>Cartas do purgatório dos pobres - O imaginário da imigração italiana em São Paulo no século XIX</i>	
Capítulo 3.....	85
- <i>Família e aldeia na utopia do imigrante italiano no Brasil</i>	
Capítulo 4.....	93
- <i>Viagem crítica pelo interior da história mítica da imigração</i>	
Conclusão.....	101

Introdução

Um interesse forte pelos elementos factuais da imigração italiana no Brasil colocou em segundo plano o que talvez seja o seu aspecto mais importante: o imaginário. Representa muito sair da própria pátria, do calor afetivo da família extensa na aldeia de origem, do riso acolhedor de compadres e amigos na *osteria*, de costumes arraigados e seculares, de certezas definitivas, e lançar-se na aventura de emigrar para um país distante e desconhecido. Busca. Mas muitas perdas, muitos dilaceramentos, muitas incertezas nesse adeus quase sempre definitivo, na viagem difícil em que nada se podia ver além da linha do horizonte do oceano imenso. E ouvir a batida das ondas no casco do navio, dia e noite, longos dias e longas noites do que era, então, uma longa travessia. A esperança não era mais do que frágil chama no fundo do coração.

Da mescla confusa de incerteza e esperança, no vazio do horizonte, cuidava a imaginação. O viajante imaginava o lá longe, cenários, gentes e situações, recriando-se no mundo imaginário que o arrastava e prendia na viagem, quase sempre, sem volta. Era o meio

de sobreviver no mar revolto de mudanças profundas que levavam do mundo cheio de significados do *paese*, para o mundo desconhecido dos trópicos, cheio de enigmas e de mistério. A viagem não terminava no porto de destino. A imaginação imaginava terra e tempo adentro¹.

Pode-se compreender o drama desse brusco descer ao abismo da incerteza há um século ou mais. Não é casual que velhos imigrantes guardem na memória detalhes da viagem, fragmentos. Ainda lembro de minha avó imigrante, velhinha, narrando tempestades, doenças, no desconforto da terceira classe, o terror de se tornar uma sem destino no porto de desembarque, com o marido e os muitos filhos pequenos, sem saber para onde ir. O grosso da imigração estrangeira levou o imigrante para os cafezais paulistas, para substituir os braços que a abolição da escravatura libertará ou libertara em 1888. Quando visito a Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, inaugurada nesse mesmo ano, revivo, sem ter estado lá, senão nos meus antepassados, a primeira noite de sono e sonho de centenas de milhares de imigrantes chegados ao Brasil, pais e avós de milhões de brasileiros de hoje. Não foi uma noite de repouso.

Neste livrinho reúno quatro ensaios em que tratei de diferentes aspectos do imaginário do imigrante italiano no Brasil. Minha principal referência é o antigo Núcleo Colonial de São Caetano, na província de São Paulo. Trato preferentemente, mas não só, da história de um

(1) - Mesmo no período relativamente recente, posterior à Segunda Guerra Mundial, o imigrante italiano chegado ao Brasil desenvolveu um imaginário de tipo fantástico no processo de adaptação à sociedade de adoção. Cf. João Baptista Borges Pereira, *Italianos no Mundo Rural Paulista*, Edusp, São Paulo, 2002.

grupo restrito e singular, todos oriundos de uma mesma localidade na Itália, embarcados em Gênova no mesmo dia, dos primeiros a chegar ao Brasil. Destinados todos, praticamente, a uma mesma localidade. Quando se visita o cemitério da localidade italiana ou o cemitério da localidade brasileira, não só os mesmos sobrenomes, mas também os mesmos nomes, sobrevivências ancestrais, homenagem ritual aos antepassados: o Giovanni cujo neto no Brasil se tornou João, a Maria que continuou Maria, o Giuseppe que virou José, o Giacomo que ressurgiu como Jacó. Muita coisa permanece nessas lembranças de família.

Trato de temas incidentais que ficaram nas entrelinhas da memória da viagem. A obsessiva lembrança do navio, que entra nas narrativas como se fosse viva personagem da travessia, como se fosse um membro da família, um coadjuvante do que estava acontecendo. Por isso, fiz dele um dos protagonistas desta história.

Ou as cartas, indiscretas surpresas narradoras do prosaico, do irrelevante, tão intenso, no entanto, no momento em que foram enviadas e recebidas, não raro leitura turvada pelas lágrimas da saudade. Ou inacreditáveis objetos domésticos, sem qualquer utilidade no país de adoção, como um aquecedor de brasas que se colocava sob a cama nas noites frias de inverno do norte da Itália, guardados através das gerações. Elos, gritos, nexos no vazio imenso. Documentos.

Tento compreender a dimensão imaginária da imigração, ir além do meramente factual, reconhecer nos temores do trajeto e no esquema de classificações adotado para decifrar a nova terra um jeito de sobreviver e

20 - O Imaginário na Imigração Italiana

um modo de renascer. O Brasil do imigrante foi antes de tudo uma fantasia, uma fabulação. O imigrante reinventou o país para conhecê-lo e nele ficar.

José de Souza Martins

Capítulo 1

*A viagem do vapor "Europa" ao Atlântico sul, em julho de 1877 **

1. Inesperado encontro, na Inglaterra, de documentos do vapor "Europa"

- São apenas dois minutos de caminhada - disse-me a moça bonita que vendia frutas num pequeno quiosque perto da estação de Greenwich. No semáforo, ali adiante, vire à direita. Dali você já verá o Museu Marítimo Nacional.

Fui andando devagar na direção indicada. Aqui e ali, restaurantes exóticos, mexicanos, indianos, vietnamitas, japoneses, cujas tabuletas anunciavam que ainda era possível tomar o café da manhã, apesar de quase onze horas da manhã. Na rua, poucos transeuntes, vários vindos no mesmo trem em que eu viera de Londres, para visitar o famoso museu do subúrbio londrino. Pouco

(*) Publicado originalmente em *Raízes*, Ano VII, Número 13, Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul (SP), julho de 1995, p. 4-11. Em primeiro lugar, sou imensamente agradecido aos bibliotecários do National Maritime Museum, de Londres, pelo inestimável auxílio no meteórico levantamento que lá realizei nos dias 24 e 25 de abril de 1995 para redigir este artigo. Em segundo lugar, esclareço que, além das ilustrações que pertencem à minha própria coleção, as demais procedem das seguintes publicações: Aldo Toffli, *Saluti e Baci... da Ieri (Vecchie cartoline vittoriesi)*, Dario De Bastiani Editore, Vittorio Veneto, 1978; Gilberto Ferrez e Weston J. Naef, *Pioneer Photographers of Brazil, 1840-1920*, The Center for Inter-American Relations, s.l., 1976; e H. L. Hoffenberg, *Nineteenth-Century South America in Photographs*, Dover Publications, Inc., New York, 1982.

adiante, os restaurantes cedem lugar a várias livrarias, a maioria dedicada a raridades bibliográficas relacionadas com a história marítima. Aqui e ali algumas lojas de antiquários, oferecendo preciosidades náuticas. Eram os sinais da proximidade do Museu. Da esquina já era possível ver o extenso parque onde estão os centenários edifícios da Marinha britânica.

À porta, uma pequena multidão de pessoas, na maioria idosas, aguardava impaciente que um senhor pagasse a entrada de cinco libras esterlinas com cartão de crédito. Estavam ali para ver a exposição dos objetos recentemente resgatados do navio *Titanic*, que afundou em 1912, após colisão com um *iceberg*, na viagem inaugural de Southampton a New York. Eu a visitaria no dia seguinte, às pressas, antes de ir para o aeroporto de Heathrow para retornar ao Brasil. Em duas horas e poucos minutos, o mar gelado sepultara milhares de vidas. Mas sepultara, também, objetos destinados à rotina de hotel de luxo que se previra para o imenso navio. E dramaticamente objetos pessoais de passageiros que morreram no desastre ou que foram miraculosamente salvos: dólares e libras esterlinas ainda bem conservados apesar de cerca de oitenta anos a três mil metros no fundo do mar; cigarros amarelecidos mas conservados na cigarreira de couro de um passageiro; um exemplar inteiro de um jornal do dia anterior ao da partida; várias garrafas de champanhe ainda intactas; a luxuosa louça do serviço de bordo ainda cuidadosamente arrumada; bandejas e peças de prata; objetos de toucador de senhoras ricas e vaidosas, vidros de perfume, potes de cosméticos; a navalha e o pincel de barba de um cavalheiro; uma caixa com lâminas de barbear da marca "Gillette",

com o conhecido retrato do senhor de largo bigode e rosto bem escanhado, usado nos rótulos do produto até hoje pelo fabricante, com a indicação de que a patente dessas lâminas estava registrada em vários países, indicados os respectivos números, entre eles o "Brazil"; a hoje famosa escultura de bronze que adornava o início das escadarias do saguão; roupas dos empregados, uma delas a jaqueta de um serviçal com seu nome bordado na gola. E também uma enorme pedra de carvão mineral, pesando 50 quilos: um contraponto à ostentação, testemunho silencioso das condições de trabalho dos operários do navio, especialmente os do porão, no calor das caldeiras e no ruído intenso dos motores.

Mas em tudo, uma calma impressão de paz, de tudo acabado, de fim de viagem. Uma simulação computacional mostra aos visitantes o modo como o navio afundou: após o rombo no casco, a proa inclinara em direção ao fundo do mar, pondo o navio em posição vertical, empinando a popa, acelerando o naufrágio. Quando metade do navio já estava sob as águas, partiu-se ao meio. Embora muitos objetos tenham se espalhado por extensa área, no interior de uma das partes foi possível encontrá-los em relativa ordem, como se ainda estivessem esperando o momento do uso, como um testemunho, um flagrante, de um modo de vida naqueles meses anteriores ao início da Primeira Guerra Mundial. Na verdade, fim de uma era e início de outra.

Naquele tempo, as viagens oceânicas ainda tinham as características de uma aventura e aventura perigosa. Um navio era um território flutuante, povoado por uma sociedade flutuante, ainda que provisória, cuja existên-

cia durava semanas: nele havia alegria e dor, esperança e morte. Havia os que não chegavam ao destino, especialmente passageiros da terceira classe, abatidos pela debilidade crônica ou por enfermidades adquiridas na própria viagem, sepultados no fundo do oceano, vidas que naufragavam.

Eu estava ali por isso, à procura de indícios dessa travessia, interessado na história de dois barcos a vapor que, entre o último quarto do século XIX e o primeiro quarto do século XX, haviam sido empregados no tráfico de imigrantes para os países do Atlântico Sul, especialmente para o Brasil: o vapor italiano *Europa* e o vapor francês *Aquittaine*, cenários de vida e de histórias de que somos herdeiros².

A idéia de fazer indagações sobre esses navios surgiu num jantar de Páscoa, em casa de amigos, durante os dias que passei em meu College, o Trinity Hall, em Cambridge, a caminho de Colchester para uma conferência sobre as frentes pioneiras, em abril de 1995, na Universidade de Essex. Na conversa amena com um dos presentes, especialista em história naval, soube da riqueza do acervo do Museu Marítimo Nacional e da possibilidade de obter dados sobre esse tema. No dia seguinte, ele fez chegar-me às mãos, no College, um bilhete com a indicação precisa das providências que deveria tomar para ter acesso aos documentos que fossem do meu interesse. Através de um telefonema ao

(2) - Meu interesse pelo *Aquittaine* se deve ao fato de que meus avós espanhóis nele viajaram de Málaga para Santos, em novembro/dezembro de 1913, para trabalhar nas fazendas de café da região de Bragança Paulista, onde faleceram e onde deixaram larga família. Minha mãe foi a única que veio para São Caetano, onde vivia a família de meu pai, os Ribeiro das ruas José do Patrocínio, Paraíba, Pernambuco e Senador Vergueiro. Souza Martins era o sobrenome de meu pai e de minha avó Maria e de sua irmã Albina, matriarca dos Ribeiro. A família é originária de Santiago de Figueiró, perto de Amarante, no Douro, terra do simpático patrono dos violeiros, São Gonçalo de Amarante, casamenteiro das velhas, e terra do vinho verde.

encarregado do arquivo, marquei hora na segunda-feira seguinte, para uma primeira sondagem. Eu teria apenas dois dias para um levantamento inicial, antes de retornar ao Brasil.

Uma eficiente funcionária desviou-me dos turistas que queriam entrar para ver a exposição do *Titanic* e levou-me à bela biblioteca antiga, de estantes envidraçadas, chão carpetado. Em poucos minutos o bibliotecário e arquivista especializado na leitura dos documentos navais, colocou diante de mim os primeiros documentos sobre os dois navios. Bem ali na minha frente, as linhas manuscritas dos funcionários da seguradora Lloyd's, que haviam feito o monitoramento da viagem do vapor *Europa* ao Brasil e à Argentina em julho de 1877. Nesse navio haviam viajado as famílias de imigrantes italianos que foram destinadas aos núcleos coloniais de São Caetano e de Santana, na capital da província de São Paulo. A história dessa travessia, que lhes decidira o destino, estava ali diante dos meus olhos, em três linhas escritas em linguagem cifrada, sob o índice "Steamer No. 3", seguido do nome do comandante do vapor: Vianello³.

2. A trajetória do "Europa"

O vapor *Europa* foi construído pela empresa Wigham Richardson & Co., de Walker on Tyne, em Newcastle, no norte da Inglaterra, e lançado ao mar no dia 27 de fevereiro de 1872. Era um navio de 2.200 toneladas. Tinha, portanto, cinco anos quando da via-

(3) - Os documentos da Biblioteca do National Maritime Museum tem referência a um capitão de navio de nome Antonio Vianello, que desapareceu após naufrágio de seu barco no Atlântico Sul, antes porém de que o *Europa* entrasse em serviço.

gem em que trouxe ao Brasil os imigrantes vênnetos destinados aos núcleos coloniais de São Caetano e de Santana. Era parte de uma única encomenda de três navios do mesmo porte feita à companhia inglesa pela empresa italiana de navegação G. B. Lavarello & Co., registrada em Gênova a 2 de dezembro de 1871. Os outros dois navios eram o *Sud America*, de 2.246 toneladas, e o *Nord America*, de 2.175 toneladas, e foram lançados ao mar, respectivamente, a 12 de junho e a 23 de novembro de 1872⁴.

O *Europa* foi o único que sobreviveu até ser desmontado em 1893. O *Sud America* afundou após colisão, em 13 de setembro de 1888, com o navio francês *SS France*, da Société Générale des Transports Maritimes, em Las Palmas, nas Ilhas Canárias. Morreram 87 pessoas⁵. O *Nord America* encalhou na costa espanhola no dia 2 de janeiro de 1883⁶. Os três tinham aproximadamente as mesmas dimensões: entre 313 e 314 pés de comprimento por 35 pés de largura. Cada um dos três navios levava 50 passageiros de primeira classe, 50 de segunda e 800 passageiros de terceira classe⁷. Esses últimos eram os imigrantes.

Haviam sido construídos especificamente para o transporte de imigrantes pobres para o Brasil, o Uruguai e a Argentina pela empresa G. B. Lavarello & Co. formalmente registrada no porto de Gênova em 1871. Mas,

(4) - Cf. N. R. P. Bonsor, *South Atlantic Seaway (An illustrated history of the passenger lines and liners from Europe to Brazil, Uruguay and Argentina)*, Brookside Publications, Jersey Channel Islands, 1983, p. 104-105.

(5) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 272.

(6) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 105.

(7) - Na condição de imigrantes destinados aos núcleos coloniais da província de São Paulo, desembarcaram do *Europa*, em Santos, em julho de 1877, 98 famílias, parte enviada a São Caetano e parte enviada a Santana. Esse número representava pouco mais da metade da capacidade do navio para passageiros de terceira classe. Tudo indica, portanto, que outros emigrantes foram, no mesmo vapor, para Buenos Aires.

já existente desde 1863, ano em que o capitão Giovanni Battista Lavarello abriu um escritório naquela localidade e encomendou um primeiro navio de 663 toneladas, o *Buenos Aires*, à companhia italiana Giacomo Westerman. Esse primeiro vapor conseguiu fazer apenas uma viagem por ano entre 1864 e 1866. No entanto, a nova linha marítima foi um sucesso e estimulou Alessandro Cerruti a iniciar um serviço paralelo e concorrente em 1865, no mesmo trajeto. E, em 1870, a concorrência se ampliou com a entrada em atividade da Società Italo-Platense, com um navio de 1.790 toneladas⁸. Essa companhia, porém, foi fechada em 1876, assumindo seus navios e suas linhas Sivori & Schiaffino. O decréscimo dos negócios prosseguiu até 1878, quando foram encerrados⁹.

O fim do tráfico negreiro para o Brasil, em 1850, abriu novas possibilidades para as companhias de navegação já que o país entrava numa fase de crescente necessidade de mão-de-obra agrícola para substituir os escravos que já não chegavam aos portos brasileiros procedentes da África. Durante algum tempo, o tráfico entre as províncias do Nordeste e as do Sudeste, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, atendera à demanda de trabalhadores nas fazendas de café, cuja cultura começava a expandir-se pela região dos Campos de Goitacazes e pelo Vale do Paraíba. A transferência de escravos das plantações de cana-de-açúcar da Bahia e Pernambuco era possível pela sua substituição por agregados mestiços e livres originários da extinção da escravidão indígena no século XVIII.

(8) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 102.

(9) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 103.

Quando encomendou os vapores *Europa*, *Sud America* e *Nord America*, Lavarello já possuía seis navios: o *Buenos Aires*, de 663 toneladas (1864), que afundou em 1873 no trajeto Chile-Buenos Aires; o *Montevideo*, de 721 toneladas (1867), que encalhou em 1874 próximo ao Cabo da Boa Esperança; o *Liguria*, de 798 toneladas (1869), que encalhou no Mar Vermelho; o *Aquila*, de 837 toneladas (1870), vendido em 1876, em Málaga, na Espanha; o *Espresso*, de 1.865 toneladas (1870), primeiro grande navio da empresa e primeiro fabricado na Inglaterra, foi rebatizado com o nome *Colombo*, em 1874, e abandonado na costa brasileira em 1893¹⁰.

O capitão Giovanni Battista Lavarello faleceu em dezembro de 1881, com 57 anos de idade, assumindo seu lugar na empresa os filhos Enrico e Pietro. Mas, a companhia já estava passando por dificuldades financeiras, agravadas pelo naufrágio do *Nord America*, em 2 de janeiro de 1883. Poucas semanas depois, em 28 de fevereiro, a empresa entrou em liquidação. Foi um dos liquidantes Matteo Bruzzo, que se associara a Lavarello em 1871. Bruzzo era tesoureiro da municipalidade de Gênova. Com a liquidação de G. B. Lavarello & Co., associou-se ao Marquês Marcello Durazzo e outros e formou a empresa M. Bruzzo & Co., em Gênova, em 13 de junho de 1883¹¹. A companhia adquiriu, então, os três vapores remanescentes de Lavarello: o *Europa*, o *Sud*

(10) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 104

(11) - Após a liquidação de G. B. Lavarello & Co., em 1883, os filhos do Capitão Giovanni Battista Lavarello fundaram a Società di Navigazione a Vapore Fratelli Lavarello, mas o navio *Europa* e os outros navios remanescentes da empresa do pai passaram para a nova empresa organizada por Matteo Bruzzo. A companhia dos filhos de Lavarello encerrou suas atividades em 1891, em consequência da crise financeira do Brasil, e seus seis navios foram adquiridos por La Veloce. Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 272..

America e o *Colombo*¹². Bruzzo adquiriu ainda duas novas embarcações de outras empresas, entre elas o navio *Nord America (II)*, muito veloz, que chegou a fazer a viagem entre Gênova e Montevidéu em apenas 18 dias¹³. Foi desse navio que derivou o nome da nova empresa, pelo qual ficou conhecida até os anos sessenta deste século: La Veloce - Linea di Navigazione Italiana a Vapore. Mas, os dois navios adquiridos por Bruzzo custaram alto preço, agravado pela inesperadamente alta despesa com combustível. Bruzzo foi obrigado a aceitar novos sócios em sua empresa, em abril de 1884, formando uma nova sociedade limitada com o mesmo nome de La Veloce. Essa empresa assumiu os navios de Bruzzo, inclusive o *Europa*. Quando faleceu, em 30 de março de 1896, já não tinha qualquer função na companhia¹⁴. A empresa ainda passou por sérias dificuldades em 1889-1891, em consequência dos problemas econômicos e políticos da Argentina e do Brasil na época¹⁵. No caso brasileiro, a inflação, a crise econômica e as falências derivadas do chamado Encilhamento parecem ter afetado os negócios dessa como de outras empresas.

A historiografia laica local difundiu que o vapor *Europa*, em que viajaram os imigrantes italianos destinados a São Caetano em 1877, pertencia à companhia Florio & Rubattino. Os dados existentes no National Maritime Museum, porém, não contêm qualquer referência a essa empresa. Florio & Rubattino não eram proprietários do vapor *Europa*¹⁶. No caso dos imigrantes

(12) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 267.

(13) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 268.

(14) - Ibidem.

(15) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 272.

que vieram para São Caetano, estiveram comprovadamente envolvidos no tráfico: Caetano Pinto Júnior, cujo nome consta do documento de condições da emigração assinado em Gênova no dia 30 de junho de 1877 por Giovanni Peruch e, seguramente, por representantes de todas as outras famílias que iam embarcar; e G. B. Lavarello & Co., proprietária do vapor *Europa*. Sem contar a própria agência oficial de imigração na Província de São Paulo, encarregada do desembarque dos imigrantes, seu transporte ferroviário para a hospedaria em São Paulo e sua posterior remoção para o núcleo colonial de São Caetano na tarde de 28 de julho de 1877. Haveria que incluir, ainda, os recrutadores locais, nas aldeias italianas e, mais tarde, espanholas, que se incumbiam de convencer e alistar os candidatos à emigração. Esses recrutadores trabalhavam para os traficantes de mão-de-obra, como Caetano Pinto Jr., que contratavam previamente com o governo o recrutamento e o transporte dos imigrantes.

Se o fim do tráfico negreiro afetou profundamente os proprietários de navios negreiros, a imigração européia para substituir os escravos abriu um novo campo nos negócios marítimos, o das passagens de terceira classe vendidas aos próprios imigrantes ou, principalmente, vendidas ao governo brasileiro, inicialmente, e ao governo da província de São Paulo, depois, para transporte dos trabalhadores e suas famílias. Havia, portanto,

(16) - Cf. Renato Bellucci, em ensaio sobre a história local, de 1927, indica essa empresa como sendo a proprietária do *Europa* (cf. Renato Bellucci, *Pagine di Verità e di Vita - Cinquant'anni di Storia della Popolazione di São Caetano*, Tipographia de l'"Argus", São Paulo, 1927). Os dados do Museu Marítimo Nacional, de Londres, são a comprovação clara de que há equívoco nessa informação. No entanto, a empresa Navigazione Generale Italiana Società Riunite Florio & Rubattino tinha agentes no Brasil, conforme publicidade de 1893 (cf. Eduardo von Laemmert, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para 1893*, 30º. anno, Companhia Typographica do Brazil, Capital Federal, s.d., p. 1.378).

muitos interesses envolvidos na emigração e na imigração. Os historiadores da imigração puseram pouca atenção nesse aspecto da questão imigratória. Além dos negócios relativos às passagens e ao seguro, havia ainda a remuneração dos intermediários. E, depois da chegada ao Brasil, os negócios relativos à remessa de dinheiro aos parentes que ficaram no país de origem¹⁷.

3. O "Europa" e a imigração: a viagem de julho de 1877

A viagem do *Europa* à América do Sul, em julho de 1877, está anotada nos registros da companhia seguradora Lloyd's. Não se tem qualquer informação, por enquanto, sobre o dia de saída dos emigrantes de Cappella Maggiore, em Vittorio (depois, Vittorio Veneto), província de Treviso, para a larga viagem ao Brasil. A maioria dos que vieram para São Caetano em 1877 veio de lá. É possível que um dia se possa encontrar o *Libro dello Stato di Anima* que, segundo consta, existia em cada paróquia. Era nele que os párocos registravam a partida dos que iam para a América. Como se pode ver pelos documentos de imigração da família Cavana, vinda para São Caetano em janeiro de 1878, várias semanas antes da partida os candidatos à emigração eram obrigados a solicitar às auto-

(17) - Um dos raros trabalhos sérios sobre o lado escuro da emigração italiana, especialmente a questão da emigração como negócio, ainda é o de Constantino Ianni, *Homens Sem Paz (Os conflitos e os bastidores da emigração italiana)*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963. A combinação dos vários tipos de negócios, como a venda de passagens e a intermediação das remessas de dinheiro pelos imigrantes aos familiares que ficaram na Itália aparece num acordo entre La Veloce e o Banco di Napoli. Cf. Luigi De Rosa, *Emigranti, Capitali e Banche (1896-1906)*, Edizione del Banco di Napoli, Napoli, 1980, p. 500. Um anúncio dos agentes de La Veloce no Rio de Janeiro, em 1893, informa que "remetem dinheiro por vales postais pagáveis em qualquer ponto da Itália". Cf. Eduardo von Laemmert, loc. cit., p. 1.372.

ridades civis os documentos necessários à viagem, uma espécie de baixa no censo local¹⁸.

Foi, porém, no dia 30 de junho que Giovanni Peruch assinou em Gênova um documento impresso em que tomava ciência das condições da emigração para a província de São Paulo. Como partiram do mesmo lugar e como vários eram aparentados entre si, é de supor que tenham viajado juntos até o porto. Provavelmente, foram embarcados nesse mesmo dia, pois o vapor *Europa*, comandado pelo capitão Vianello, zarpuo no dia seguinte, 1º de julho de 1877, um domingo, com destino a Buenos Aires¹⁹. O itinerário usual dos navios da companhia Lavarello era: Gênova, Gibraltar, Cádiz, São Vicente (nas Ilhas de Cabo Verde, para abastecimento de carvão mineral), Montevidéu e Buenos Aires²⁰. Entretanto, o registro da Lloyd's, naquela viagem, menciona apenas os portos de Gênova, Cádiz (na Espanha), Cabo Verde (possessão portuguesa) e Buenos Aires²¹. Obviamente foi omitido o porto de Santos, onde desembarcaram os imigrantes vênéticos destinados aos núcleos de São Caetano e de Santana. Aparentemente, as anotações eram feitas em Londres, por funcionário da companhia, com base nas informações que lhe chegavam através do cabo submarino²². É óbvio que nem todas as escalas eram assinaladas. Embora a companhia

(18) - Cf. José de Souza Martins, *Subúrbio (Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha)*, Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo/São Caetano do Sul, 1992, p. 87.

(19) - Cf. Biblioteca do National Maritime Museum, *Lloyd's List*, 1877, vol. 2, July 5, 1877, p. 10.

(20) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 103

(21) - Cf. Biblioteca do National Maritime Museum, *Lloyd's List*, 1877, vol. 2, July 5, 1877, to August 3, 1877.

(22) - O cabo submarino representou um enorme adianto nas comunicações entre o Brasil e a Europa. As 98 famílias de emigrantes vênéticos que se destinavam a São Caetano e Santana embarcaram em Gênova no dia 1o. de julho de 1877 e já no dia 6 de julho o fato era notícia de jornal em São Paulo: o Inspetor Geral das Terras Públicas recebera a notícia e a retransmitira por telegrama ao presidente da província, Sebastião José Pereira. Cf. *Diário de São Paulo*, São Paulo 6 de julho de 1877.

Lavarello tenha se tornado uma importante transportadora de emigrantes para o Brasil, sobretudo emigrantes subvencionados pelo governo brasileiro, são raras as referências nos registros da Lloyd's à passagem de seus navios por portos brasileiros. De qualquer modo, o boletim diário da Lloyd's, já nessa época, é um notável mapa da localização diária de todos os navios segurados em diferentes portos do mundo.

No dia 5 de julho o vapor *Europa* estava em Cádiz, na Espanha. No dia 11 de julho, em Cabo Verde, na costa africana. E no dia 27 de julho em Buenos Aires. Sua velocidade de serviço era de doze nós²³(o rapidíssimo *Titanic* desenvolvia uma velocidade de serviço de 21 nós). O *Europa* era mais rápido do que os navios adquiridos anteriormente pelo capitão Giovanni Battista Lavarello, que tinham cerca de um terço de sua tonelagem. A companhia assegurava que esses navios mais antigos faziam a viagem de Gênova a Buenos Aires em 30 dias. Mas, é pouco provável que isso acontecesse, dado o número médio de viagens por ano: apenas uma. O *Europa*, que era mais rápido, levava quase um mês para fazer o percurso. Provavelmente passou por Santos, para o desembarque dos passageiros para lá destinados, aí pelo dia 24 de julho. Os imigrantes que seriam enviados aos núcleos coloniais devem, pois, ter esperado uns quatro dias na hospedaria de imigrantes que ainda não era a que seria construída, em 1888, na rua Visconde de Parnaíba, antes de serem transferidos para São Caetano no sábado à tarde, 28 de julho.

Quase nada se sabia sobre essa viagem. De modo que os dados do arquivo do Museu Marítimo Nacional

(23) - Cf. N. R. P. Bonsor, ob. cit., p. 103.

representam muito. Pode-se, porém, supor as condições dramáticas da travessia. Imediatamente após a chegada a São Caetano, foram sucessivas e muitas as mortes nas famílias desses imigrantes, especialmente de crianças²⁴. Essas mortes revelam as condições físicas em que migraram. Tudo permite supor que mortes houve também durante a viagem, drama agravado pelo sepultamento no mar. Há, ainda, evidências indiretas de componentes do universo mental do imigrante durante essa viagem de julho de 1877. Todos vinham de uma mesma localidade na Itália: a aldeia de Cappella Maggiore e outras aldeias próximas: Sármede, Rugolo, Montaner, lugares muito antigos²⁵. A repetição, nas lápides dos cemitérios dessas localidades e nas listas telefônicas atuais, dos mesmos sobrenomes encontrados na lista dos colonos que vieram para São Caetano, sugere parentescos sólidos e seculares. Um rápido exame nos livros de assentamentos da paróquia de Cappella Maggiore indica logo esses vínculos, como tive oportunidade de constatar há alguns anos. Portanto, os dias da travessia foram peculiares em relação a outras experiências de viagens marítimas: era como se uma parte da comunidade de origem estivesse se trasladando em conjunto, dispensando esforços de ressocialização e de convivência com estranhos, como é próprio dessas situações²⁶.

(24) - Cf. José de Souza Martins, *Subúrbio*, cit., p. 31 e ss.

(25) - Acidentalmente, descobri que este artigo foi parcialmente traduzido, sem autorização, para o italiano e difundido num "site", ao que parece da revista eletrônica *Fotostorica*, no. 4, de abril de 1999. O anônimo difusor do texto, em nota de rodapé, esclarece, sem indicar a fonte que, "na realidade os emigrantes daquela viagem (do vapor "Europa", JSM) vinham de Vittorio, que ainda não se chamava Vittorio Veneto, sobretudo das localidades dos arredores ao pé da montanha oriental: San Giacomo di Veglia, Cappella Maggiore, Colle Umberto, San Martino di C.U., Fregona, Montaner, Sarmede, Pinidello, Cordignano."

Uma segunda evidência é a do imediato descontentamento dos colonos chegados a São Caetano: eles imaginavam que ao embarcar em Gênova estavam sendo enviados a Santa Catarina, onde tinham parentes. A descoberta de que haviam sido trazidos a lugar inteiramente diferente, a província de São Paulo, criou um estado de forte tensão no relacionamento com as autoridades encarregadas do serviço de colonos, que se manifestou já uma semana após a chegada a São Caetano, no dia 4 de agosto de 1877. O governo ainda tentou resistir às reclamações dos colonos por mais uns dias. Mas, no dia 15 de agosto, 21 pessoas foram enviadas ao Rio de Janeiro para dali serem reembarcadas para a província do Sul²⁷, como forma de atenuar o conflito e evitar a permanência entre os demais do grupo mais insatisfeito com o engano.

Uma terceira evidência, é a carta que Giacomo Garbelotto escreveu de São Caetano a um parente em Cappella Maggiore, a 14 de fevereiro de 1889²⁸. Nessa carta, Garbelotto dizia que esperava ir para a Itália em maio e que sua viagem ficava dependendo da concessão do título de propriedade da terra que lhe fora consignada, e aos filhos, em 1878, no núcleo colonial. Essa carta sugere alguns aspectos interessantes da imigração: o imigrante veio com esperança de retornar ao seu país. De fato, vários colonos de São Caetano venderam ou abandonaram seus lotes de terra, que lhes foram conce-

(26) - O tema da sociabilidade provisória durante a viagem de migrantes foi tratado por S. N. Eisenstadt, *The Absorption of Immigrants (A comparative study based mainly on the Jewish community in Palestine and the State of Israel)*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London, 1954.

(27) - Cf. "Imigrantes", in *Diário de S. Paulo*, Anno XIII, No. 3.498, S. Paulo, 15 de agosto de 1877, p. 2.

(28) - Cf. Emilio Franzina, *Merica! Merica! (Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America latina, 1876-1902)*, Giangiacomo Feltrinelli Editore, Milano, 1980, p. 163-166.

didos a preços muito baixos, muito abaixo dos preços de mercado, provavelmente para retornar à Itália depois de algum tempo²⁹. Outro aspecto interessante é o de que Giacomo Garbelotto, como provavelmente outros colonos, sendo já homens maduros, como eram, com filhos adultos e até casados, vieram para o Brasil na esperança de conseguir terras para acomodar os filhos, voltando eles próprios à Itália depois disso. Pelo menos em relação a Garbelotto isso está claro, tanto que obteve seus lotes em nome de um filho e não em seu próprio nome. Essa idéia de ir e voltar era estimulada pela relativa facilidade da viagem, já que o governo brasileiro e o governo de São Paulo pagavam a passagem. Mas, essa concessão era condicional: não implicava no reconhecimento do direito de retorno.

Essa constatação sugere uma mudança social importante na vida do camponês de várias regiões do Vêneto, que vieram a ter reflexo no Brasil: o advento dos modernos e rápidos meios de transporte e comunicação, como o trem e o navio a vapor, além do correio e do telégrafo, já no século XIX, assegurou que os fortes vínculos familísticos e comunitários aparentemente não seriam destruídos pela emigração. A carta de Garbelotto mostra que havia constante troca de correspondência entre os imigrantes e seus parentes na aldeia de origem. Como mostra, também, que entre São Caetano e Cappella Maggiore houve um significativo vai-e-vem de pessoas não muito depois da chegada dos primeiros colonos. Mas, as informações indiretas nela contidas indicam que o desencontro entre a terra disponível e o tamanho da família camponesa, no país de origem, que

(29) - Cf. José de Souza Martins, *Subúrbio*, cit., p. 90-91.

levava a sucessivas fragmentações da parcela de terra, inviabilizando a reprodução camponesa da família, ganhou nova possibilidade de continuidade com a emigração. Tudo indica que começava a desenvolver-se entre os camponeses uma nova estratégia de sobrevivência, marcada pela possibilidade da reprodução da família camponesa, na condição camponesa, em terras distantes. Os camponeses vênets que foram para o Rio Grande do Sul tem mais de cem anos de adoção dessa estratégia em terras brasileiras: da área do assentamento original, em Caxias do Sul e Bento Gonçalves, migraram as gerações seguintes para outros lugares no próprio Rio Grande. Mais tarde para Santa Catarina e Paraná. E já em nossa época, para Mato Grosso e Rondônia. Em São Caetano, uma geração depois da chegada, filhos dos colonos locais, impossibilitados de obter terras no próprio núcleo colonial, solicitaram lotes no núcleo colonial de Jundiá³⁰. O movimento só não foi adiante nas gerações seguintes, como no Sul, porque a industrialização do subúrbio de São Paulo criou uma alternativa de emprego que interrompeu a reprodução camponesa da família sem interromper o familismo do camponês de origem vêneta, como se vê em São Caetano até os dias atuais.

4. Nos objetos, o imaginário da viagem sem rumo

Uma quarta evidência é a de duas únicas peças remanescentes da viagem, ainda existentes em 1960: um aquecedor de cobre, com tampa articulada e recortes

(30) - *Ibidem*, p. 109.

decorativos, que tinha originalmente um cabo longo para ser colocado em baixo da cama. Cheio de brasas, assegurava o aquecimento do quarto e da cama no inverno frio do Vêneto. Não era um instrumento totalmente inútil em São Caetano daqueles tempos quando, segundo diversas evidências da época, a localidade era mais úmida e fria do que nos tempos recentes. A outra peça era uma cuia também de cobre utilizada para misturar produtos usados na lavoura, especialmente na sulfatação das videiras. Essas peças foram doadas ao Museu Municipal de São Caetano por Jacob D'Agostini, em 1960, quando eu o estava organizando. Era impossível olhá-las sem fazer íntimas indagações sobre o seu lugar na vida diária das pessoas que as utilizaram. E sem fazer conjecturas a respeito das intenções e suposições da família que as trouxe na longa e demorada viagem. Por seu lado, a segunda peça é um emblemático signo do grande componente do imaginário da imigração: o trabalho. Já a primeira peça, o aquecedor, pode ser mais um indício de que a família imaginava estar sendo levada para um lugar frio, como Santa Catarina, como já foi visto, onde já havia famílias oriundas de Cappella Maggiore. Mas, é também indicativa da incerteza quanto ao destino de quem fazia aquela viagem.

Além do destino incerto que, em vários países da Europa, se abria diante do emigrante, em cada caso havia uma incerteza específica quanto ao destino final de quem emigrava. É um equívoco supor que os que participaram da emigração em massa nas décadas finais do século XIX sabiam precisamente para onde iam, especialmente os que eram recrutados pelos agentes do governo brasileiro no esquema da imigração subsidiada,

isto é, com a passagem paga pelo Estado. Os que vinham por conta própria, que eram a minoria, traziam quase sempre um endereço de destino, um parente ou *paesano* chegado antes. Às vezes podiam beneficiar-se das cartas de chamada dos parentes já instalados no Brasil. O governo até mesmo estimulava os imigrantes a escreverem a seus familiares no lugar de origem convidando-os a também imigrarem. Vários dos imigrantes que vieram para São Caetano entre 1887 e 1890 vieram nessa condição, como consta das alegações que fizeram para pedir que fossem assentados nesse núcleo colonial. Mas, nem sempre era possível assegurar que imigrantes fossem enviados para os lugares onde já tinham membros da família. Outras vezes, o imigrante, por notícias recebidas no país de origem, através de conhecidos, ou mesmo por informações recebidas de outros passageiros durante a viagem, preferia estabelecer-se em lugar diverso daquele para o qual o governo o destinava. Em São Caetano mesmo houve o caso de Angelo Santi, chegado em 1887. Havia sido embarcado na Itália, pelo agente do governo brasileiro, com destino à Colônia Dona Isabel, no Rio Grande do Sul. Mas, pediu para ser desembarcado em Santos e enviado a uma das colônias oficiais da província de São Paulo. Finalmente, solicitou às autoridades para ser estabelecido em São Caetano, onde recebeu um lote de terra no dia 13 de maio daquele ano³¹.

Mas, o caso dos emigrantes embarcados no vapor *Europa* era diferente. A imigração estava no início. Do documento impresso, assinado por Giovanni Peruch no

(31) - Cf. Departamento do Arquivo do Estado, Ordem 7.188 (Núcleo Colonial de São Caetano), Maço 1, Processo no. 23, Lote no. 87 (Santi Angelo).

Porto de Gênova, na véspera da partida para o Brasil, consta expressamente que o emigrante partia "com a firme resolução de instalar-se nas Colônias do Estado da Província de São Paulo", isto é, aceitava ser assentado em colônia oficial (e não em colônia particular) e em São Paulo. Como se tratava de um formulário, seguramente todos os outros emigrantes embarcados nessa ocasião assinaram documento idêntico. Os documentos de concessão dos lotes de terra no Núcleo Colonial de São Caetano, a partir de 1878, mostram que muitos desses colonos eram analfabetos, pois foram assinados a rogo, por terceiros. E mesmo os que os assinaram pessoalmente, com poucas exceções, mal sabiam ler e escrever. Isso pode ser facilmente comprovado pela caligrafia do texto de próprio punho, que antecede a assinatura, no qual o beneficiado pela concessão do lote de terra declara que recebeu o documento. Não é, portanto, surpresa que várias famílias vindas no *Europa* para São Caetano tenham, logo nos primeiros dias, manifestado grande descontentamento, pois entendiam que seriam encaminhadas à província de Santa Catarina, onde tinham parentes.

O fato de que haviam assinado um documento de ciência de que seu destino era a província de São Paulo foi usado contra essa pretensão pelas autoridades, sem êxito porém. O que sugere que assinaram o documento, mas, de fato, não tomaram ciência de seu conteúdo. O próprio Peruch guardou seu exemplar na suposição de que representava um compromisso formal e oficial do governo brasileiro com os imigrantes, embora dele não constasse qualquer assinatura ou timbre de funcionário, representante ou delegado das autoridades do país. Mais

do que a incerteza subjetiva do próprio imigrante, havia também a incerteza no interior das próprias condições da imigração, sobretudo na falta de clareza quanto ao que se pretendia fazer com o imigrante quando aqui chegasse. A carta de Giacomo Garbelotto, de 1889, ainda alerta seus conterrâneos quanto às armadilhas de emigração para o Brasil e justamente por isso foi publicada na Itália, naquela época.

Os que vieram para São Caetano em 1877, mesmo os que se conformaram ou aqueles para os quais era indiferente o lugar de assentamento, não tinham clareza a respeito de seu destino na província de São Paulo. Infelizmente, não se sabe ainda qual foi o critério adotado para mandar algumas famílias para São Caetano e outras para o núcleo colonial do bairro de Santana, em antiga fazenda jesuítica. O certo é que nem mesmo o governo tinha clareza sobre a destinação desses emigrantes. A escritura de venda das terras das fazendas de São Caetano e de São Bernardo, para assentamento de colonos estrangeiros só foi, finalmente, assinada pelo Abade do Mosteiro de São Bento, que era delas proprietário, no dia 5 de julho³², quando o vapor *Europa* já estava navegando há cinco dias com destino ao Brasil e nesse preciso dia ancorado no porto de Cádiz, na Espanha. Tudo indica que o Abade relutava em vender as terras, tanto que em setembro de 1876, menos de um ano antes da data de embarque dos emigrantes e dois anos depois do exame e medição da Fazenda de São Caetano, o Inspetor de Terras e Colonização telegrafava do Rio de Janeiro pedindo ao presidente da província de

(32) - Cf. Dom Martinho Johnson, OSB, *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, Mosteiro de São Bento, São Paulo, 1977, p. 187-191.

São Paulo que lhe mandasse declaração escrita do Abade de que concordava com a desapropriação das fazendas³³.

Nessa altura, supostamente, já deviam estar sendo iniciadas as obras de construção das casas provisórias dos futuros colonos e de demarcação dos respectivos lotes rurais e urbanos, coisa que só ocorreria depois da chegada dos imigrantes a São Caetano. Estes ficaram durante meses sem cultivar a terra, pois nem mesmo sabiam qual seria o lote de cada um, mantidos precariamente pelo governo (como se viu pela revolta de janeiro de 1878), alojados mais precariamente ainda na antiga casa-grande e nas senzalas da antiga Fazenda. E, para justificar o subsídio diário que recebiam, eram empregados pelo próprio governo na construção das próprias casas provisórias.

As duas peças de cobre, antes mencionadas, foram os objetos da terra de origem e da viagem desses primeiros imigrantes, conservados por mais tempo em São Caetano, pois ainda existiam mais de oitenta anos após a chegada; viagem que é, de certo modo, um marco na história da imigração italiana para a província de São Paulo e um marco na história das relações de trabalho em São Paulo. Mas, sobretudo, porque a primeira peça, o aquecedor, era mais do que um objeto que se definisse por seu uso e sua utilidade material, o aquecimento do quarto de dormir. Ela era um objeto impregnado de significados; de certo modo, ela cristalizava o imaginário do imigrante naquele momento. Era essencialmente um enigmático documento das incertezas da imigração como calculado engodo dos grandes proprietários de

(33) - Departamento do Arquivo do Estado, Colônias (Anos 1870-1877), Caixa 3.

terra que precisavam com urgência encontrar um substituto para os escravos dos cafezais. Aquele aquecedor antigo não só falava dessas incertezas, mas também da sábia e camponesa desconfiança do imigrante em relação ao destino que lhe ofereciam "de graça" e tão longe.

Se havia o sonho da volta e o de assegurar a sobrevivência e a unidade da família, ainda que dividida pelo oceano, havia também a falta de clareza do que era a América. Como historiadores já mostraram, o emigrante italiano que chegasse ao porto de Nápoles decidido a ir para a América, no geral era levado para os Estados Unidos da América. Já o que chegasse com a mesma disposição ao porto de Gênova, era quase que invariavelmente trazido para a América do Sul, especialmente, Brasil e Argentina³⁴. Ao chegar ao porto, o emigrante caía numa teia de interesses e negócios de que não tinha a menor consciência e da qual era a principal mercadoria. Era nessa nau de sonhos e, ao mesmo tempo de incertezas, que embarcava o emigrante para a longa, dura e arriscada travessia.

*

* *

Terminei a minha busca no segundo dia, no começo da tarde quente da terça-feira de Primavera. Ainda encontrei na vereda do parque os grupos de turistas que chegavam para a exposição dos salvados do *Titanic*. Na estação de Greenwich apenas meia dúzia de pessoas esperava o trem limpo e quase luxuoso para Bridge

(34) - Cf. Grazia Dore, *La Democrazia Italiana e l'Emigrazione in America*, Morcelliana, Brescia, 1964, p. 80-81.

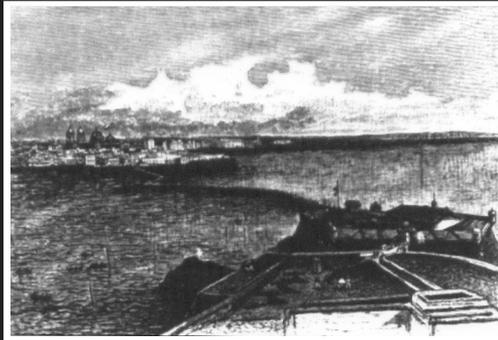
Street, ponto de conexão com o metrô. Antes de ir para o hotel, para pegar minhas malas e ir para o aeroporto, ainda pude passar por um dos antiquários que frequento, quando vou a Londres, para adquirir as gravuras originais e contemporâneas desta história, coloridas a mão, para ilustrar o artigo que imaginei durante as descobertas no Museu. Na manhã seguinte eu já estava em São Paulo e poucas horas depois em minha sala de aula na Universidade de São Paulo.

Coleção de José de Souza Martins



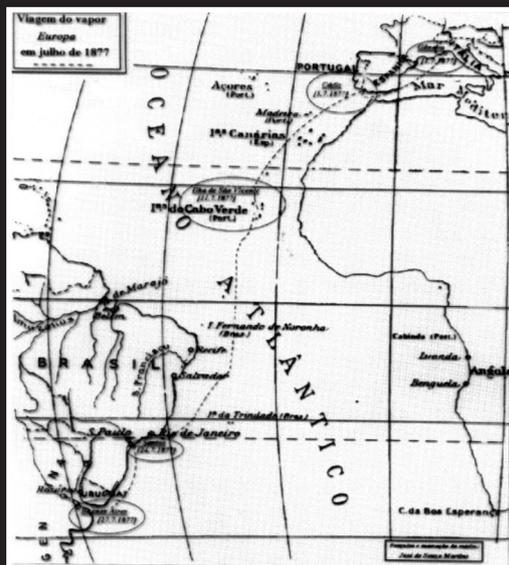
Porto de Gênova (Itália), c. 1875, de onde partiu o vapor Europa, no dia 1 de Julho de 1877, trazendo os imigrantes de Cappella Maggiore (Província de Treviso) para o núcleo colonial de São Caetano por iniciativa do governo imperial do Brasil

Coleção de José de Souza Martins



Porto de Cádiz (Espanha), c. 1880, primeira escala do vapor Europa, no dia 5 de Julho de 1877, na viagem para Buenos Aires

Coleção de José de Souza Martins



Mapa da rota do vapor Europa
em Julho de 1877

Foto: Fundação Pró-Memória

Industrias e Profissionais do Brazil 1977

LA VELOCE



NAVIGAZIONE ITALIANA
SOCIETÀ ANONIMA DI NAVIGAZIONE A VAPORE

Capitale emesso e versato L. 15.000.000

Séde in Genova, 17 Piazza Nunziata, 17

Agentes geraes para o Brazil
A. FIORITA & C.

37 RUA PRIMEIRO DE MARÇO 37

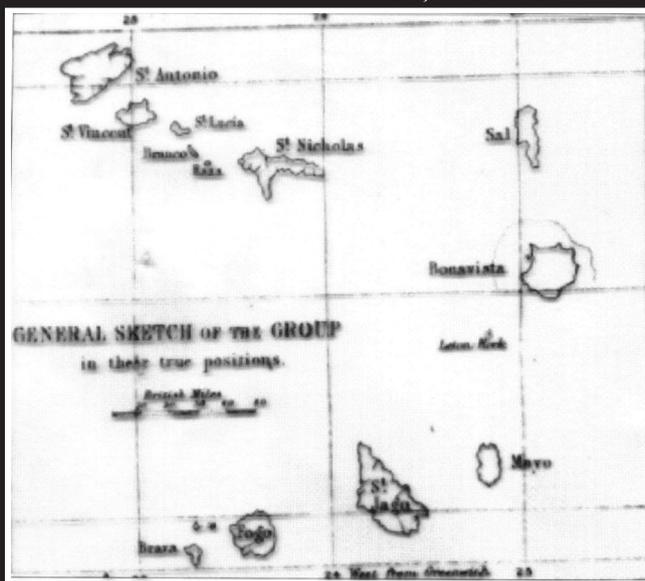
Telephone n. 74

VAPORES :—Nord America.—Sud America.—Matteo Bruzzo.—Europa.
Duchessa di Genova.—Victoria—Duca di Galliera.—Napoli.
Rio de Janeiro—Las Palmas—Montevideó—Cittá di Genova e Rosario.

Fazem escala por Lisboa, Barcellona e recebem cargas e passageiros.
Tem magnificas accommodações para passageiros de 1ª, 2ª e 3ª classes,
a preços reduzidos para Lisboa, Barcellona, Genova e Napoles.

Anúncio da empresa de navegação La Veloce publicado no Almanak Laemmert de 1893 do Rio de Janeiro. Essa empresa sucedera G.B. Lavarello & Co., proprietária do vapor Europa, que trouxe da Itália os imigrantes enviados a São Caetano, e se tornara proprietária dos navios dessa firma. Como se vê, o Euro[pa] ainda consta da lista. Foi desativado e desmontado nesse mesmo ano. Também em 1893, o Napoli, construído em 1870, foi abandonado na costa brasileira. Outros navios dessa lista já não estavam navegando

Coleção de José de Souza Martins



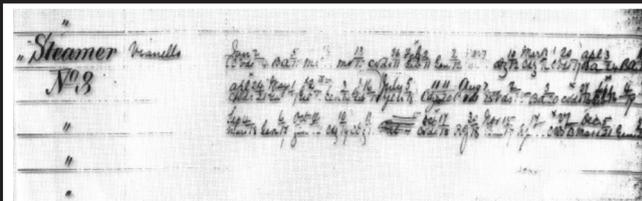
Cabo Verde, c. 1870, em cuja Ilha de São Vicente o vapor Europa, fez a sua segunda escala, no dia 11 de Julho, para abastecimento de carvão mineral.

Coleção de José de Souza Martins



*Ilha de São Vicente, em Cabo Verde, onde o vapor Europa
apontou no dia 11 de Julho de 1877 para abastecer-se de car-
vão mineral*

Foto: Biblioteca Nacional Maritime Museum, Londres, Reino Unido



Registros da seguradora Lloyd's, de Londres, das viagens do vapor italiano Europa no ano de 1877. Ai estão assinaladas as escalas da viagem de Julho, em que vieram para o Brasil os imigrantes vênetsos destinados ao núcleo colonial de São Caetano: partida de Gênova e escalas em Cádiz (Espanha) e Cabo Verde (possessão portuguesa na costa da África). Não há referência à escala em Santos

Foto: Marc Ferrez



O porto de Santos, onde desembarcaram os imigrantes italianos destinados a São Caetano, em 1877

Foto: *Jornal de São Caetano*



Na parte superior da foto, cuia de cobre para misturar os ingredientes usados na sulfatação de videiras e ao seu lado aquecedor também de cobre. As duas peças foram trazidas da Itália pela família de Luigi D'Agostini, vinda para São Caetano em 1877. Últimos remanescentes dessa viagem, eram mais do que objetos que se definissem por sua utilidade material, pois estavam impregnados de significados: eles cristalizavam o imaginário da imigração

Foto: Marc Ferrez



Porto de Santos em 1870

Foto: Fundação Pró-Memória



Cappella Maggiore em dia de procissão da festa do Rosário, no fim do século XIX. Dessa localidade e das localidades vizinhas de Sármede, Rugolo e Montaner procedem os imigrantes que vieram para São Caetano em 1877

Foto: Fundação Pró-Memória



*Montaner, nas vizinhanças de Cappella Maggiore, em 1917.
Eram desse lugar alguns dos imigrantes que vieram para
São Caetano em 1877*

Foto: Fundação Pró-Memória



*Anzano, em 1912. Na carta que Giacomo Garbelotto enviou de
São Caetano a seu compadre Domenico Nadal, de Cappella
Maggiore, a 14 de Fevereiro de 1889, há um post-scriptum em
que lhe pede para entregar um bilhete a Angelo Pisentin, de
Anzano, um lugarejo vizinho*

Capítulo 2

*Cartas do purgatório dos pobres** O imaginário da imigração italiana em São Paulo no século XIX

1. Palavras na pedra, marcas do imaginário

No frontispício da chamada Matriz Velha de São Caetano do Sul (SP), no subúrbio de São Paulo (Brasil), foi colocada, em 1927, uma placa de mármore. Celebrava o cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao antigo núcleo colonial de São Caetano, fundado pelo governo imperial do Brasil, a 28 de julho de 1877. Camponeses pobres, provinham todos de um mesmo lugar, Cappella Maggiore e suas cercanias, distrito de Vittorio Veneto, província de Treviso. Era um começo quase experimental da imigração italiana para a então província de São Paulo.

A placa de 1927, que ainda lá se encontra, era uma homenagem dos filhos daqueles primeiros colonos e da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, fundada em 1892, na qual ainda se congregavam naquele ano. Uma lista incompleta de nomes, lembrados de memória, foi talhada na lápide, encimada por estas palavras:

(*) - Este artigo foi publicado originalmente na revista *Quaderni*, Nuova serie, n. 8, Istituto Italiano di Cultura, San Paolo, maggio 1999, p. 41-60.

*Aos destemidos precursores
que
das itálicas terras
a estas regiões aportados
com indômita pujança
abriram o caminho
ao hodierno progresso³⁵.*

Das vinte palavras, algumas definem precisamente o teor ideológico do texto e fazem dele um curioso e rico documento sobre a mentalidade do imigrante transmitida a seus filhos e descendentes e reinterpretada nessa formulação: *destemidos* e *precursores*, *indômitos* e *pujantes*, *abriram o caminho*, *hodierno progresso*. Elas encerram duas concepções numa só idéia: a **coragem do imigrante como protagonista de uma nova era**. Outros aspectos: eram originários *das itálicas terras*, terras com nome e história. Não foram trazidos, recrutados, subjugados pelo aliciador de imigrantes Caetano Pinto Júnior, um traficante de mão-de-obra, que foi o que de fato aconteceu. *Aportaram*, não foram desembarcados, eles próprios navegadores, condutores da nave que chega a um lugar, a estas regiões, sem nome, não às terras brasílicas, com nome, para manter a coerência do texto. Condutores da nave e do próprio destino, nem subjugados nem reduzidos à condição de mão-de-obra, de vendedores de força de trabalho, camponeses pobres recrutados sob promessa de concessão de pequenos lotes de terra para que neles desenvolvessem a agricultura familiar. Senhores do destino e senhores da histó-

(35) - O inteiro teor da placa está reproduzido em gravura no livro fundamental de Ítalo Dal'Mas, *São Caetano do Sul e Seus Fundadores (Esbôço Histórico)*, Gráfica-Editora Michalany Ltda., São Paulo, 1957, p. 86.

ria: eles vieram *abrir caminho*, começar o que viria depois, o *progresso*. Não eram objeto, mas sujeitos, senhores de um projeto, o projeto da história moderna.

Nesse monumento, significativamente, não se celebra aquilo que foi o centro da realidade do imigrante, inclusive desses mesmos imigrantes aí lembrados: o *trabalho*. E que foi, também, o centro dos interesses dos grandes proprietários de terra que promoveram a imigração como alternativa para substituição do trabalho escravo. O imigrante desse momento, e esses imigrantes especificamente, foi objeto do que se poderia definir como uma experiência social, onze anos antes da efetiva e plena abolição da escravatura - a experiência do trabalho livre, para demonstrar a sua superioridade em relação ao trabalho escravo.

Na historiografia da imigração dominam as concepções demográficas e econômicas, quantitativas, sobretudo aquelas relativas à presumível superioridade natural e histórica do trabalho livre sobre o trabalho escravo. Aliás, na ideologia da imigração definiu-se, equivocadamente, a concepção de que a superioridade histórica do trabalho livre era, na verdade, a superioridade cultural e até racial do imigrante em relação aos nativos, escravos ou não. E não poucos imigrantes assumiram como verdadeiro esse pressuposto puramente ideológico.

Sabemos todos, hoje, como sabiam alguns teóricos do século XIX, que o trabalho livre de fato representa uma transformação histórica profunda nas relações de trabalho e no conjunto das relações sociais. E que historicamente essas transformações representam um avanço

no sentido de libertar o homem e sua consciência de carências, inclusive a carência de liberdade, que o distanciam da condição humana, do homem efetivamente humanizado por meio de sua obra. Mas, os próprios interessados, os grandes fazendeiros, sobretudo os de café, tinham certeza a respeito da eficácia do trabalho escravo, mas não tinham qualquer certeza em relação ao trabalho livre. Tinham medo da mudança, da troca do certo pelo incerto, como se pode ver no demorado debate social e político a respeito da abolição da escravatura e se pode ver, também, na opção pela emancipação lenta e gradual dos cativos. Falava-se muito, na época, no risco da desorganização do trabalho, como se falava, também, na desordem social que se seguiria ao fim da escravidão³⁶.

De fato, a introdução do trabalho do imigrante, antes que fosse suprimido o trabalho escravo, constituiu, no caso paulista, um verdadeiro experimento de transformação social e, também, de invenção social. Diferentes grupos de imigrantes, em diferentes momentos, até o final da escravatura, foram submetidos a distintas modalidades de trabalho e a distintas formas de inserção econômica e social. Eram tentativas de ensaio e erro. Não se tinha certeza sobre coisa alguma. Sem contar que imigrantes de distintas nacionalidades foram trazidos em pequenos grupos para se descobrir qual deles melhor se adaptava às condições do trabalho na lavoura de café.

(36) - Alberto Torres, um dos mais lúcidos representantes do pensamento conservador no Brasil, ainda dizia, pouco mais de vinte anos depois da Abolição: "A escravidão foi, entretanto, uma das poucas cousas com visos de organização, que este país jamais possuiu... (...) Social e economicamente, a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço e toda a ordem que então possuíamos, e fundou toda a produção material que ainda temos." Cf. Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro* (Introdução a um programa de organização nacional), Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1914, p. 11.

É significativo, aliás, que "melhor adaptação" em nenhum momento significou, de fato, adaptação à técnica agrícola prevalecente, diferente das técnicas agrícolas que tais camponeses conheciam em seus países de origem, relativas a outros climas e a outras culturas. Toda a documentação torna evidente que *adaptação* ao novo país significava sujeição, submissão às condições de mando e de obediência, à forma de organização do trabalho, baseada na autoridade do fazendeiro e de seus prepostos. Portugueses eram rejeitados porque não tinham propensão para a agricultura, preferindo o comércio. Alemães e suíços-alemães propendiam excessivamente à autonomia e eram considerados pouco propensos à obediência. Italianos do norte, especialmente do Vêneto, porque oriundos de região ainda dominada por concepções de submissão feudal, eram preferidos aos italianos do sul. Do mesmo modo, e basicamente pelo mesmo motivo, na seqüência da imigração italiana, espanhóis do sul, de Andaluzia, eram preferidos aos espanhóis do norte. Sem contar que os casados, com família, eram preferidos aos solteiros sozinhos.

Em tudo operava um estereótipo seguro: relações de dependência, como as da família, que freassem a mobilidade do imigrante e sua capacidade de reivindicação. Um quadro claro de pessoas já mergulhadas em relações sociais que as obrigassem à sujeição e à dependência, que as tornassem vulneráveis e frágeis ao estilo senhorial de dominação, ao poder pessoal do fazendeiro. E desse modo se definia um peculiar mercado de trabalho: nele não operava plenamente a regra da força de

trabalho equivalente à mercadoria, cuja lógica própria é a livre circulação no mercado em busca do preço melhor (que é o que teoricamente ocorre com o trabalho assalariado). Ao contrário, era uma força de trabalho teoricamente livre, sujeitada, porém, por vínculos de dependência tradicional que tornavam o mercado, em grande parte, uma ficção.

É comum ler-se em textos até mesmo de historiadores e sociólogos a afirmação surpreendente de que o *trabalho escravo* foi genericamente substituído pelo trabalho assalariado. Pois, para muitos, trabalho livre é equivocadamente sinônimo de trabalho assalariado. Não foi isso, porém, o que aconteceu. Antes que, finalmente, o trabalho assalariado dominasse as relações de trabalho no campo, o que só veio a acontecer nas décadas de sessenta e setenta deste século, quase cem anos depois da imigração, os grandes proprietários de terra inventaram, copiaram, testaram e experimentaram diferentes modalidades de relacionamento com os trabalhadores em suas fazendas. Tentaram a chamada *parceria*, mais ou menos equivalente à *mezzadria* italiana, e diferentes tipos de *colonato* para evitar, justamente, os custos e problemas do trabalho assalariado e do mercado livre de trabalho. A grande transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi, na verdade, *um notável experimento de reinvenção de formas arcaicas de exploração do trabalho*, que justamente freasse uma radical e rápida transição para a forma mais elaborada e típica do trabalho livre que é o trabalho propriamente assalariado, integralmente remunerado em dinheiro.

Por tudo isso, houve sérias tensões no ajustamento do imigrante ao trabalho nas fazendas. E, o que pratica-

mente não se discute, houve sérias dificuldades no ajustamento do fazendeiro ao trabalho livre.

2. *A página em branco na escrita da memória*

Há, portanto, um capítulo da história da imigração estrangeira para o Brasil, especialmente da imigração italiana, na época da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ignorado e desconhecido. É o capítulo relativo às mentalidades e à invenção de relações sociais num contexto e em circunstâncias culturalmente novas, mas sobretudo historicamente novas. Novas para o fazendeiro, habituado às relações profundamente desiguais entre senhor e escravo. Novas, também, para o imigrante que chegava a um país que não conhecia, diluído num vago conceito de *América*, que incluía tudo: o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos. Nem sempre o emigrante sabia qual era seu destino exato quando embarcava em Nápoles ou Gênova. E não são raras as histórias, entre imigrantes, daqueles que descobriram ter ido parar em país completamente diferente do país que desejavam ou imaginavam. Mesmo os imigrantes desta história, quando descobriram que não estavam em Santa Catarina, onde tinham parentes, mas no subúrbio de São Paulo, fizeram protestos e reclamações ao governo da província. Duas dezenas deles foram, poucas semanas depois da chegada, de fato transferidas para aquela província do Sul. O destino que o imigrante imaginava não era o destino que o governo, os traficantes de mão-de-obra e os fazendeiros lhe traçavam.

Havia, portanto, não só um imenso desencontro de vontades, prevalecendo as vontades fundadas no poder, mas, também, um imenso desencontro entre o real e o imaginado. A placa comemorativa nos diz ainda hoje não o que aconteceu, mas o que o imigrante imaginou que acontecera. E o que imaginou era completamente distanciado da realidade incerta, difícil e pobre dos primeiros tempos.

Esse imaginar, que perdura até hoje nas concepções dos descendentes dos colonos italianos do antigo núcleo colonial, se transfigurou até mesmo numa lógica interpretativa de sua própria trajetória ao longo das gerações, um século depois da chegada ao Brasil. Um competente advogado da região, descendente de algumas dessas famílias, e que é também o seu melhor cronista, expressa em seus escritos a lógica épica desse imaginário já eternizado na placa a que aludi. Num de seus livros³⁷, o que melhor expressa essa lógica e melhor a documenta, ele se defronta com o desafio de sustentar a legitimidade da interpretação de que aqueles colonos haviam sido fundadores da localidade, porque dotados da coragem excepcional dos heróis fundadores para inaugurar uma sociedade que levaria necessariamente ao progresso próprio dos tempos futuros. Evidentemente, é irrelevante entrar numa querela municipal a respeito de "fundação de cidade", especialmente porque neste artigo e nesta publicação isso não teria o menor sentido.

O que importa, neste caso, é o *tipo de raciocínio* a que um autor recorre para dar a *dimensão de começo* a uma realidade sociológica, um bairro, que tinha então uma história de trezentos anos. É um esforço interpreta-

(37) - Refiro-me ao já citado livro de Ítalo Dal'Mas

tivo para dar a essa história de grupo a dimensão de uma história que se desenrola sobre uma página em branco. O importante, nesta linha de interpretação, não é a história, qualquer que seja ela, mas a concepção de *página em branco*.

É que os colonos italianos do núcleo colonial foram assentados em terras de uma antiga fazenda da Ordem de São Bento, recebidas em duas sucessivas doações, em 1631 e em 1671. Essas terras, por sua vez, já estavam ocupadas, muito provavelmente, desde antes de 1553 e, com certeza, desde pelo menos 1589. Existiam ali, no século XVI e nas primeiras décadas do século XVII, fazendas de gado. O fim da guerra contra os índios, no início do século XVII, abriu para os primeiros povoadores do planalto de Piratininga a possibilidade de deslocarem-se para novas terras no Vale do Paraíba, como Moji das Cruzes e Taubaté, e na região de Santana de Parnaíba. Os monges de São Bento receberam essas terras em consequência justamente desse remanejamento populacional. Inicialmente, dedicaram-se, também eles, à criação de gado, empregando nela índios administrados, índios que os costumes e a lei de então sujeitavam à servidão. No começo do século XVIII, os beneditinos ampliaram as atividades econômicas de sua fazenda e a transformaram numa fazenda industrial, dedicada à produção de artigos cerâmicos: telhas, tijolos, louça vidrada, canaletas de barro para fontes públicas e até mesmo obras de arte. Continuaram mantendo a pecuária, recebendo nos pastos da fazenda o gado que traziam de sua fazenda de Curitiba. E desenvolveram, também, uma agricultura de jardinagem para

fornecimento de verduras ao Mosteiro e aos amigos e benfeitores de sua congregação.

A Fazenda de São Caetano ganhou esse nome no início do século XVIII em virtude da construção de uma capela dedicada ao Santo da Divina Providência, patrono do pão e do trabalho, por coincidência um santo italiano, da família Di Thiène, uma família vêneta. A fazenda estava instalada no antigo bairro do Tijucuçu³⁸, com esse nome citado várias vezes nas atas da Câmara de São Paulo, um bairro povoado por algumas famílias da antiga vila de Santo André da Borda do Campo, extinta em 1560 e transferida para Piratininga, com o nome de São Paulo. A Fazenda era, portanto, um dos estabelecimentos desse velho bairro. Após a abertura da capela, a Fazenda passou a chamar-se Fazenda de São Caetano do Tijucuçu e, mais tarde, ainda no século XVIII, simplesmente, Fazenda de São Caetano. Com o tempo, e após quase meio século, também o bairro passou a chamar-se *bairro de São Caetano* e sob essa rubrica seus moradores foram recenseados em 1765 e em 1780.

Havia, portanto, o antigo *bairro de São Caetano*, com moradores citados várias vezes ao longo dos séculos, em listagens de população, e a *Fazenda de São Caetano*, nele localizada, em cuja capela estivera, até então, centralizada a vida religiosa do bairro e da fazenda. Documentos do século XVIII referem-se às missas dominicais na capela, para escravos, índios administrados e vizinhos do bairro. Tratava-se, de fato, de um dos

(38) - Tijucuçu é palavra tupi e quer dizer brejo, atoleiro, barreiro. O nome procedia da antiga região pantanosa formada pela confluência dos atuais rios Tamanduateí e Meninos. Essas terras foram drenadas na segunda metade do século XVIII por meio de canais que os monges de São Bento mandaram abrir com essa finalidade. Ainda há remanescentes desses canais no próprio centro da cidade.

antigos bairros caipiras da região, povoado sobretudo por mestiços de índios e brancos.

A concepção épica da imigração e do caráter pioneiro do assentamento agrícola esbarravam, portanto, numa *história em curso* e numa história já feita com a participação dos escravos da antiga Fazenda e dos moradores do bairro, uma história desenhada na obra humana da paisagem: a capela barroca, a casa-grande e as senzalas, a fábrica de telha e louça, o pátio-jardim transformado em praça que ainda existe; os canais de drenagem do antigo pântano do Tijucuçu, que ainda lá estão; os caminhos antigos, alguns do tempo da fundação de São Paulo, hoje convertidos em ruas da cidade, praticamente com o mesmo traçado; os vizinhos que ainda permaneciam. A concepção de uma *história que começava* com os imigrantes que estavam chegando esbarrava na realidade de uma *história que continuava* a partir da inflexão de curso representada pela imigração. Esta era a História, a obra do trabalho, da relação do Homem com a Natureza; aquela era a fantasia, a obra simbólica do imaginário.

É significativo que a transferência da propriedade da fazenda da Ordem de São Bento para o governo imperial, para fundação do núcleo colonial, tenha decorrido da inviabilidade da economia local, baseada no trabalho escravo. A inviabilidade se anunciou em 1862, quando os escravos da fazenda se recusaram a continuar trabalhando na fábrica de louça e de material cerâmico que ali havia, preferindo o trabalho de suas roças. Um monge visitador, Frei José de Santa Maria Amaral, veio do Rio de Janeiro para apurar o que havia acontecido e

verificar o estado do relacionamento entre os monges de São Paulo e seus escravos. No Capítulo Geral da Ordem, em Salvador, Bahia, em maio de 1863, fez ele uma exposição sobre a ocorrência. Concluiu propondo que os escravos fossem vendidos ao Mosteiro baiano e a fazenda arrendada. Mas, o Capítulo decidiu por estabelecer as bases de uma libertação progressiva dos cativos, determinando que as escravas que tivessem seis filhos de legítimo matrimônio fossem libertadas. Aparentemente, as ocorrências de São Caetano geraram o modelo de abolição de escravatura dos monges de São Bento, que seria, depois, adotado pelo governo do Império: em 1871, foi decretada a liberdade dos nascituros. No mesmo dia, a Ordem Beneditina libertou todos os seus escravos no país, mais de quatro mil³⁹.

Essas ocorrências na Fazenda de São Caetano aceleravam o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e, apesar de sua localização restrita, repercutiam no próprio processo de extinção do escravismo no país. A sua aquisição, em 1877, pelo governo imperial e a criação do núcleo colonial para receber os imigrantes italianos a que estou me referindo, permitiram criar uma espécie de laboratório de novas relações sociais destinado a definir na prática o que seria o trabalho livre e seu imaginário.

3. Trabalho real e trabalho imaginado

Um dos principais responsáveis pela consolidação do Núcleo Colonial de São Caetano foi Antônio da

(39) - Cf. José de Souza Martins, *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Caetano do Sul, 1988, passim..

Silva Prado, político, grande fazendeiro e empresário. De 1878 a 1888, seu nome aparece diversas vezes envolvido em decisões e iniciativas nesse sentido. Seus discursos deixam claro que foi ele, provavelmente, o principal ou, ao menos, o mais consciente autor do que se poderia definir como ideologia da ascensão do imigrante pelo trabalho, entre nós. Foi ele, aliás, membro do Gabinete que consumou o fim do trabalho escravo no Brasil através da lei de 13 de maio de 1888.

Falando ao Senado, em 29 de setembro desse mesmo ano, na condição de Ministro da Agricultura, referiu-se a dois dos quatro núcleos coloniais criados nos arredores da cidade de São Paulo, o de São Caetano e o de São Bernardo, como provas da eficácia de uma ideologia de conciliação entre o trabalho do imigrante e os interesses latifundistas dos grandes fazendeiros: "Muitas propriedades que jaziam incultas à roda das cidades principais, e sobretudo nas cercanias da capital [de São Paulo], tem sido divididas, e acham-se estabelecidos ali antigos colonos que, tendo formado pecúlio nas fazendas, adquiriram lotes onde se dão à pequena lavoura, principalmente a cultura da vinha."⁴⁰ A informação não era verdadeira e ele sabia disso. Quando os núcleos coloniais foram instalados, em 1877, ele era vereador na Câmara de São Paulo. Tornou-se inspetor gratuito da imigração e nessa condição teve contactos freqüentes com as colônias e os colonos, especialmente os de São Caetano. Sabia, portanto, que os colonos italianos assentados naqueles dois núcleos coloniais não eram provenientes das fazendas do interior e sim imigrantes

(40) - Cf. Nazareth Prado, *Antonio Prado no Imperio e na Republica*, F. Briguiet & Cia. - Editores, Rio de Janeiro, 1929, p. 288.

que, após o desembarque, haviam sido encaminhados à Hospedaria e, em seguida, diretamente aos núcleos.

Prado tentava definir a forma social da integração do imigrante na produção do café, nas grandes fazendas, como passo preliminar e intermediário para tornar-se pequeno proprietário de terras: "...porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família por aquele modo colocada, se for morigerada, sóbria e laboriosa, poderá ter acumulado pecúlio suficiente à aquisição de terras..."⁴¹ Mas, em sua fala, os núcleos coloniais eram redefinidos na grande fantasia da imigração em massa que produzia, ao mesmo tempo, um trabalho mais lucrativo do que a escravidão e a prosperidade pessoal do imigrante. Nessa fantasia, a contradição se resolvia: a imigração promovia uma certa permanência do mesmo, isto é, de relações e concepções de que os grandes fazendeiros não tinham disposição de privar-se; *promovia uma não renovação radical das relações de trabalho* (o que é bem diferente de dizer-se que *não promovia uma renovação radical das relações de trabalho*), e gerava simultaneamente o novo, o pequeno agricultor livre, proprietário e próspero. Os núcleos coloniais do subúrbio de São Paulo eram claramente instrumentos da grande ideologia da conciliação, que cimentava neste país, até hoje, as relações entre as classes sociais e as relações políticas, base do poder e do Estado.

A intervenção (e a deformação que aparece no discurso) de Prado e o caso do Núcleo Colonial de São Caetano, que ele usava como referência, são indicativos de que as elites de então e os grandes proprietários de terra tinham clara consciência de que a crise do esca-

(40) - *Ibidem*, p. 287.

vismo não se resolvia com a substituição de escravos por imigrantes. É notável a consciência que este caso revela de que o trabalho livre só seria viável através de uma ideologia do trabalho livre, de um imaginário do trabalho que fizesse a ponte subjetiva entre a concepção geral de progresso, que começava a dominar a sociedade brasileira naquela época, e a possibilidade do progresso pessoal. Em consequência, é notável também a consciência de que era preciso criar mecanismos sociais e, sobretudo, a percepção de mecanismos sociais (mais do que a realidade de mecanismos sociais) que assegurassem a certeza de que a possibilidade da igualdade, através da propriedade da terra, estava aberta para todos, ricos e pobres. A ação de Antônio Prado é reveladora de uma notável competência de engenharia social na invenção de novas relações sociais e do correspondente imaginário.

É nesse sentido que o caso de São Caetano não é um mero caso, mas na pior das hipóteses um caso emblemático. O encadeamento de criações sociais que ali se deu gerou padrões que se disseminariam por toda a sociedade brasileira. Nelas está um dos germes do Brasil moderno. Por várias coincidências, *a antiga Fazenda de São Caetano fora, de certo modo, um dos laboratórios de experiência do fim da escravidão no Brasil*, do mesmo modo que *o Núcleo Colonial de São Caetano tornou-se um dos laboratórios de experiência da difusão e consolidação do que seria o trabalho livre entre nós*.

Apesar desses episódios constituírem face e contraface do mesmo processo histórico e, até, do mesmo

acontecimento, os dois grupos - de um lado os antigos moradores caipiras e ex-escravos e, de outro, os novos colonos italianos - não se reconheceram como protagonistas dessa única e mesma história. No plano imediato, cada grupo imaginou a sua própria história⁴². A memória, aí, nega e contradiz a História. A memória é um documento às avessas.

4. As contradições da História na armadilha das palavras

É claro que houve uma ruptura real entre o mundo dos antigos moradores do bairro de São Caetano e os *novos colonos italianos* assentados no núcleo colonial: a ruptura da língua, da cultura, da visão de mundo, das histórias pessoais. No fundo, para os colonos, aqui continuava e tinha desdobramento a história do campesinato italiano privado da possibilidade de permanecer na terra na aldeia de origem, a clássica história europeia da expulsão do campesinato de sua terra de trabalho. E que para eles era, de fato, a expulsão da pátria. Nesse sentido, é evidente que o imigrante não podia reconhecer uma história que não era a sua, nem podia nela reconhecer-se, uma história que para ele não tinha o menor sentido. Ele nem mesmo podia entender a língua falada por seus vizinhos.

Do mesmo modo aliás, esses vizinhos também não podiam entender a língua que os recém chegados falavam. Se os escritos oficiais dos funcionários do serviço

(42) - O desdobramento da História na vida dos antigos escravos da Fazenda de São Caetano, protagonistas, aliás, do movimento que culminou em sua alforria, foi reconstituído por um de seus descendentes, historiador. Cf. Luiz Gonzaga Piratininga Júnior, *Dietário dos Escravos de São Bento*, Co-edição Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo/São Caetano do Sul, 1991.

de imigração, inclusive os que prestaram serviços no núcleo colonial, podem mostrar algo além da oficialização de documentos de terras e providências burocráticas, é justamente a dificuldade dessa comunicação. Dificuldade que aparece em primeiro lugar na grafia confusa dos nomes dos imigrantes: um menino morto nos primeiros dias de vida, em 1879, é sepultado no Cemitério da Consolação com o nome de Jozão Fiorotto, quando seu nome era, muito provavelmente, Giovanni Fiorot. Até 1930, o italiano era a língua oficial na Società di Mutuo Soccorso "Principe di Napoli", fundada em 1892. E ainda hoje, 120 anos depois da chegada dos primeiros imigrantes vênnetos, descendentes daqueles mesmas famílias, brasileiros de quatro ou cinco gerações, ainda falam português com entonações italianas indisfarçáveis. A palavra é portuguesa, mas a música da língua ainda é italiana.

De modo que o núcleo colonial, instalado na antiga Fazenda de São Caetano, numa parte do antigo bairro de São Caetano, transformou-se num território culturalmente diferente do restante da localidade. Abrangendo a própria capela que até então centralizara a vida religiosa da população de *todo o bairro*. De certo modo, o bairro antigo foi mutilado por essa inflexão histórica, seus moradores difusamente dispersos pelos terrenos que circundavam o núcleo, já sem a referência das atividades religiosas que davam vida e sentido ao bairro, acabaram se polarizando em outros centros de referência na mesma região. Isso foi em grande parte facilitado e promovido pela reorientação espacial e pelo redesenho do espaço regional em decorrência da construção

da ferrovia de Santos a Jundiáí, no sentido leste-oeste, quando os antigos caminhos se orientavam na direção norte-sul.

Parece-me que são essas as origens circunstanciais da *lógica da página em branco* a que me referi antes. Ela implica numa leitura seletiva da documentação e das referências históricas relativas ao bairro e sua população. O que parece empírico-indutivo é de fato dedutivo: o que cada documento menciona do passado, do tempo e da realidade anteriores à chegada do imigrante, ganha sentido ou não a partir do destaque da *concepção do herói fundador*, representado pelo imigrante, a partir do privilegiamento das idéias de *começo* e *coragem*.

A história se desdobra, portanto, em fases de preparação (antecedentes, precursores) para a sua consumação (fundadores). É nesse ponto de inflexão, o da chegada do imigrante italiano, que a *História começa*. Essa *história* que começa legitima-se como *História pelo progresso no qual culmina*, décadas mais tarde, e gerações depois, como se vê no texto referido da placa comemorativa. Mesmo que os imigrantes tenham vindo para o Brasil com o afã de reconstituir aqui, e preservar, o modo de vida camponês que se transformava e desaparecia na Itália. Isto é, mesmo que sua orientação de vida fosse de natureza *conservadora* e, portanto, o oposto do que já naquela época era concebido como progresso. Nesse sentido, essa interpretação da história decorre da idéia de que a história é uma história retrospectiva, que ganha sentido do futuro para o passado, da frente para trás. É uma espécie de história inevitável, ao invés de ser uma história construída pelo conjunto das circunstâncias, fatores, vontades, alienações e desen-

contros próprios do processo histórico. Como de fato foi.

Nessa perspectiva, até o momento da chegada do imigrante, a história tendia à nulificação da ação do homem, à desertificação do espaço. É que a lógica da página em branco impõe a necessidade de negar como História tudo que antecede o advento do herói-fundador. A história que se desenrola até então é uma espécie de história em negativo: tudo o que o não-imigrante fez e fizera se materializa na desconstrução de sua própria história, no oposto daquilo que o imigrante fará na mesma terra e no mesmo cenário. São histórias antípodas, cujo movimento vai em direções opostas a partir de um ponto de referência que é o da chegada do imigrante e que se torna, assim, o ponto do desencontro histórico e o ponto a partir do qual a reconstrução da história diverge em direção ao passado e em direção ao futuro. Em relação à longa era que precede a chegada do imigrante, as palavras que dominam na narrativa da história local são as palavras *deserto* no lugar de *cultura* (inclusive de agricultura), *devoluta* no lugar de *propriedade*, *contemplação* no lugar de *produção*, *abandono* no lugar de *povoamento*, *decadência* no lugar de *progresso*. A partir do momento da chegada do imigrante, a história é explicada pela inversão desse vocabulário, pela mudança da ênfase da *palavra negativa* e, por isso, enfatizada na descrição da história anterior a esse momento, para a *palavra positiva*. Por meio de um jogo de palavras e de ênfases negativas e positivas o sentido da história se revela como atributo de pessoas: *as que padecem a história* e *as que fazem a história*.

Em diferentes momentos e em diferentes tentativas de construir a narrativa da história local, que se desenrola num território ocupado de diversos modos ao longo de quatro séculos, esse vocabulário e suas polarizações invertidas são retomados: em 1927, em 1938, em 1957, etc., momentos de escritura dessa história, de rever o que aconteceu antes. Daí surgiram diferentes textos destinados a revigorar os estereótipos, o negativo e o positivo da história. Isto é, trata-se de idéias matrizes que definem um modo do imigrante e seus descendentes reconstituírem a sua própria história. Mas, também um modo de entendê-la, de compreenderem-se a si próprios no processo histórico de que foram e são protagonistas. Um modo, enfim, de se identificarem como agentes históricos, autores da história social.

5. Deus e o diabo nas cartas do purgatório

As inversões do vocabulário polarizado tem suas raízes nas duas concepções que centralizam esse imaginário: *coragem e começo*. Para situá-las e compreendê-las, valho-me sobretudo de duas cartas escritas por imigrantes italianos ligados ao núcleo colonial, poucos anos depois da chegada dos colonos: a primeira, uma carta do Padre Giovanni Giordano, de 1885, enviada a Dom Bosco, fundador de sua congregação religiosa, a Congregação Salesiana; a segunda, uma carta do colono Giacomo Garbelotto enviada a um compadre na aldeia de origem, Cappella Maggiore, na província de Treviso, em 1889.

Quando os missionários de sua Congregação estavam se instalando em São Paulo, o Padre Giovanni

assumiu o trabalho religioso junto aos colonos italianos assentados nos núcleos de colonização agrícola do subúrbio de São Paulo. Sua carta se refere a um milagre ocorrido em São Caetano, do qual fora protagonista. Giacomo Garbelotto, por seu lado, escreve aos parentes relatando a situação dos colonos do núcleo de São Caetano. Ambas as cartas contêm mais do que as informações que ambos pretendem enviar aos respectivos destinatários. Elas contêm uma visão implícita do novo país, contêm em particular uma concepção do que é o *território do novo*, cenário dos fatos e acontecimentos que configuram a narrativa dominada pelas idéias de *coragem* e *começo*, a que me referi. *Começo* porque entendiam que era tudo selva e deserto, embora não fosse. *Coragem*, porque se viam em face de uma espécie de tarefa de criar o mundo civilizado sobre o vazio incivilizado da nova terra. Na verdade, não podiam ver no Brasil nada que fosse propriamente humano, civilizado e materialização da fé católica.

Em sua carta, o Padre Giordano narra ao fundador de sua congregação as primeiras providências para instalação da Missão Salesiana em São Paulo, que deveria cuidar do hospital da cidade e das colônias italianas. Alojados provisoriamente no Convento da Luz, estavam construindo a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e já desenvolviam um trabalho de educação profissional de crianças no Liceu de Artes e Ofícios. Narra, sobretudo, uma primeira visita à Colônia de São Caetano, onde viviam umas cinquenta famílias, para dar início a uma segunda missão, depois de iniciada uma primeira na Colônia de Santana, no bairro do mesmo nome. E diz a

Dom Bosco:

"Em minha primeira visita, a 20 de julho, assisti a uma bela graça de Maria Auxiliadora. Escute e julgue: Uma pobre doente não comia, não bebia nem falava há quatro dias; e estava sujeita a contrações nervosas, de modo que quatro homens eram necessários para segurá-la. O médico não sabia o que dizer ou fazer. Um seu parente tinha vindo dois dias consecutivos pedir-me que fosse visitá-la, sobretudo porque a doente, antes de entrar naquele estado, havia manifestado desejo de confessar-se. Sendo-me impossível ir até lá, aconselhei-o que desse início a uma novena a Maria Santíssima Auxiliadora, como fez. Chegando à Colônia, e tendo entrado no quarto da enferma, rodeada por umas trinta pessoas, fiz-lhe perguntas. Mas, não me respondia, a não ser rangendo os dentes e debatendo-se. Fiz ajoelharem-se todos os que lá se encontravam, rezamos três Ave-Marias com a invocação *Maria Auxilium Christianorum ora pro nobis*, lhe dei a bênção, e convidei todos a saírem para deixar-me só e, portanto, encontrar um meio de confessá-la e absolvê-la. Eis que, enquanto recitava as orações, e me recomendava novamente a Maria Santíssima, ouvi a doente exclamar: "Oh, sinto-me melhor". Logo, se confessou. Retornaram os parentes e amigos e qual não foi sua surpresa ao vê-la tranqüila e ouvi-la falar. Quase todos tinham os olhos cheios de lágrimas e romperam em exclamações.

"Aproveitei aquele momento para dizer duas palavras sobre a intercessão de Maria. Notei que

alguns daqueles colonos começavam a ter dúvidas sobre a verdade da Religião, sobre os Sacramentos: naquele dia desapareceram as dúvidas, todos reconheceram um poder sobrenatural naquela cura e prometeram confessar-se; a graça material foi a fonte de graças espirituais. A doente prometeu então que viria ao Sagrado Coração para a Comunhão de agradecimento, e de fato veio acompanhada de uma dezena de parentes no dia marcado, o último da novena iniciada a meu conselho.

"Não lhe parece que seja essa uma das muitas comoventes surpresas que a *Madonna* sabe fazer? Viva, pois, Maria Santíssima! Viva o 15 de agosto, dia de sua entrada triunfal no Céu, de onde tanto ajuda seus filhos! Viva também Dom Bosco que nos incute a devoção! Viva o 15 de agosto, seu dia natalício! Gostaria ainda de dizer-lhe que me levaram de casa em casa, como em procissão, para benzê-las. Mas, em breve lhe darei outras notícias. É tempo que encerre esta minha já longa [carta]."⁴³

Ora, justamente, já está presente aí a concepção mais ampla da *página em branco*, entendido, porém, o país de adoção do imigrante, o Brasil, como uma espécie de território do nada, a terra que intrinsecamente tende a devastar o já construído, a nulificar o edifício da cultura, da civilização e da fé. O padre Giordano está se referindo a um pequeno grupo de imigrantes, cerca de cin-

(43) - Devo a cópia desta carta à generosidade da historiadora Chiara Vangelista, do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Turim, que a encontrou em publicação do século XIX no arquivo da Congregação Salesiana, naquela cidade. Cf. *Bollettino Salesiano*, Anno IX, N. 13, Torino, Dicembre 1885.

qüenta famílias, originário de uma das regiões mais católicas da Itália e que aqui no Brasil, desde a chegada, demonstrou uma religiosidade cotidiana e uma vida pia características e intensas. No entanto, o padre depois de uma única visita à localidade não relutou em afirmar que "aqueles colonos começavam a ter dúvidas sobre a verdade da Religião, sobre os Sacramentos". Essa concepção missionária da terra do Mal que anula a fé que vem da terra do Bem já estava presente nas cartas dos missionários jesuítas dos séculos XVI e XVII. O Novo Mundo representava, portanto, o perigo para a fé. Nele, tudo induzia ao ímpio, ao impuro, à descrença, ao pecado.

Essa concepção está certamente na raiz da idéia de que os que aqui chegavam, pelo simples fato de fazê-lo, já demonstravam *coragem*. O "território do nada", compreendido em tais idéias, não só era vazio, mas anulava o já existente. Aqui tudo tendia para a perdição e não para a salvação. É evidente que as concepções do padre Giordano derivam, também, da ideologia profissional do missionário. Uma ideologia que justifica e legitima sua missão por meio da proclamação do milagre: "naquele dia desapareceram as dúvidas, todos reconheceram um poder sobrenatural naquela cura e prometeram confessar-se; a graça material foi a fonte de graças espirituais". O Novo Mundo, a América, é o terreno do combate entre o Bem e o Mal, entre o Divino e o Maligno, o que exige a interferência permanente do guerreiro-sacerdote que convoca os pecadores ao grêmio da Igreja e assegura que neles a fé se renove não só nos dias de missa, mas na própria vida cotidiana: o milagre ocorreu numa segunda-feira.

Não é substantivamente diferente a concepção que se encontra na carta de Giacomo Garbelotto.

"Caríssimo compadre,

"Eu venho com estas duas linhas te informar do ótimo estado de nossa saúde e assim espero também de ti com toda a família. Caro Compadre, eu soube na chegada de Agostino Da Ré, chamado *Titola*, que tu nunca recebestes minha carta e em abril 88 te expedi uma, para te fazer saber que se acaso houvesse aqueles do nosso *paese* que tivessem vontade de vir para cá que fossem bem informados, porque quando chegam aqui na Imigração em *São Paulo* convém que saibas como fazem: São muitos os italianos intérpretes mandados pelos senhores Brasileiros, e ganham um tanto por família. Estes intérpretes fazem como fazem os intermediários de animais; um que promete uma coisa e o outro que promete outra e depois que já engajaram as famílias o que fazem é conduzi-las ao lugar, oito horas de trem daqui, mais ou menos, através de florestas ou desertos, e os enfiam lá como ovelhas em uma casa sobre quatro paus (...) porque os brasileiros costumam dormir na terra sobre uma pele de boi ou uma esteira. E lá o intérprete que os levou foge senão o matam, porque ele havia prometido uma coisa e depois é outra. Quem tem a sorte de amparar-se em bons patrões e escapar do pior, te garanto que poucos estão contentes e são muitos os que tendo o dinheiro retornam a São Paulo, ou a Campinas. E nas cidades as ruas estão cheias dos que choram

de fome sem poder encontrar trabalho e da perda dos próprios filhos com menos de sete, oito anos, que maldizem o Brasil. Mas a alimentação é tudo diferente daí. Note que o feijão chegou a 140 francos a saca e todos os outros gêneros aumentaram mais que o dobro, além da carne verde, e estejas seguro de que não estou mentindo. Te informo que Agostino *Titola* está aqui com Giacomo Dal'Cin⁴⁴ e teve as filhas doentes e uma morreu e sua mulher está bem e te saúda muito com toda a tua família. Ele me disse para tu saudares muito seu irmão e sua cunhada.

"Dia 4 de fevereiro chegou aqui Giovanni dos Tuoni e me entregou uma carta e uma na chegada de Agostino *Titola*. Juntando tudo, ele me disse tudo aquilo que tu já me havias dito. Ele me disse que tu fizestes uma boa viagem e que parecia que ele devesse partir dentro de três dias e que a direção era o lugar Tietê, fazenda não me recordo mais qual e que ficava distante de São Paulo duzentos e tantos quilômetros (...). Ele me pediu que te saudasse muito com toda a tua família e também que lhe faças o favor de saudar toda sua família. Caro compadre, se meu afilhado pensa em vir para cá diga que deixe de pensar nisso e depois, neste maio, espero vir à pátria, por certo quando Deus me empreste saúde, e então te explicarei melhor e esteja seguro daquilo que te escrevi [...] além de não me demorar mais em escrever

(44) - Augusto (Agostino) Da Rè parece ter chegado em São Caetano no final de 1888 ou início de 1889. Ali faleceu a 3 de abril de 1931. Giacomo Dal'Cin chegou com a primeira leva de imigrantes, em julho de 1877, e também faleceu em São Caetano, a 19 de março de 1915. Ambos estão sepultados no Cemitério da Vila Paula, em São Caetano do Sul (SP).

e de saudar-te especialmente com um beijo de amor a ti, à minha comadre e ao meu afilhado com toda tua família. E será provável que venha eu e minha mulher, só, porque não podemos imediatamente porque ainda não se tem o [título] definitivo da terra do governo. Requeremos mais de uma vez e dizem sempre sim, mas ainda não se tem nada e por isso é necessário que meus filhos com suas mulheres permaneçam. Caro compadre, se tu pensas em mandar-me resposta faz o que pensas, mas acho que não chegará mais antes de minha partida. Te peço saudar por mim meu compadre Roset com toda sua família e também Angelo Furian Andrea Giuglio e também todos os meus parentes amigos e todos aqueles que peçam notícias e te saúdo. Adeus, adeus. Eu me declaro o teu amigo, Garbelotto Giacomo."⁴⁵

A carta de Garbelotto dá um conteúdo prático ao vazio, que o missionário via como o vazio da fé e o distanciamiento de Deus. Define-o como temporário, como um purgatório dos pobres, como lugar para ganhar e enriquecer. Expressa um imaginário dominado pela

(45) - Carta de Giacomo Garbelotto, escrita em São Caetano (São Paulo, Brasil), a 14 de fevereiro de 1889. Cf. Emilio Franzina, *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina, 1876-1902*, seconda edizione, Giangiacomo Feltrinelli Editore, Milano, 1980, p. 163-166. Os descendentes de Giacomo Garbelotto ainda vivem em São Caetano do Sul. Como é comum entre camponeses iletrados ou semi-letrados de todas as partes, esta carta está escrita como se fosse uma narrativa falada, com muitas expressões em dialeto vêneto, sem pontuação e maiúsculas nos lugares apropriados. Um pequeno vocabulário final introduzido pelo autor da coletânea foi de grande utilidade para melhorar minha compreensão do texto. Há indícios de que o editor original não entendeu algumas palavras e passagens, grafando-as do modo que lhe parecia mais provável, o que aumenta a dificuldade do texto. É o caso da palavra *tiate*, que tudo indica ser Tietê. Para facilitar a compreensão da carta neste contexto, tomei a liberdade de colocar a pontuação e as maiúsculas onde coubessem. Esta é, portanto, uma tradução provisória, suficiente, porém, para permitir a compreensão dos aspectos dessa fala relativas ao imaginário da imigração. Agradeço ao Padre Luciano Marini, originário de Treviso e missionário no Brasil há muitos anos, pela ajuda numa primeira leitura desse documento.

esperança no retorno à pátria. Ainda que de outro modo, concebe o Novo Mundo como lugar da pilhagem, como já ocorria com a mentalidade colonial. Mas, aí o Mal não é difuso e genérico como na carta do missionário. A concepção de Garbelotto é mais concreta e mais realista. O purgatório do Novo Mundo é constituído por uma estrutura de relações sociais precisas: os fazendeiros que exploram, os imigrantes que tem a sorte de ter bons patrões não estão contentes, os intermediários italianos que enganam seus próprios compatriotas e que os tratam como animais de feira, o imigrante levado como besta, de trem, através da selva e do deserto, às fazendas em que deverá trabalhar. Aos que escapam, o drama da fome e da mendicância nas ruas das cidades, a morte dos filhos pequenos. Ele destaca nesse espaço novo a forma real assumida pela exploração na vida incerta do imigrado sem destino que não seja a armadilha da vida como animal de trabalho nas fazendas de café.

Garbelotto fala de homens privados da segurança das instituições, do direito, do respeito pela condição humana. Ele fala da fragilidade das instituições e dos costumes no Novo Mundo. Cada homem deve tornar-se esperto antes de chegar aqui. Por isso alerta com tanta ansiedade seus parentes, amigos e *paesanos*, para que não venham ou, se vierem, para que tomem cuidado desde o primeiro contacto com os agenciadores de mão de obra. Não por acaso sua carta é publicada na Itália, enviada a uma revista por um amigo da mesma aldeia de que saíra. O que para o missionário era vazio de fé e de Deus, para o camponês era vazio de lei e de direito. Essa era sua concepção da página em branco da História: cada homem neste Novo Mundo tinha que

defender por si a si mesmo e sua família. É uma versão laica do vazio. Aí o pecado aparece como a armadilha da exploração do trabalhador, que pensa vir para uma coisa e acaba capturado por outra.

A seu modo, Garbelotto vê e reconhece a duplicidade do Novo Mundo, o lado oculto da nova realidade com que se defronta o camponês desenraizado. Só que esse Novo Mundo não é de fato um outro continente, ou não o é apenas. É o mesmo continente de onde saíra, que através de sua emigração se alarga, o continente da expansão do capital, do desenraizamento do camponês e emigrante, do fim da servidão e da escravidão, do começo de novas relações de trabalho lá e cá.

Capítulo 3

*Família e aldeia na utopia do imigrante italiano no Brasil**

Quando se toma como referência grupos determinados de imigrantes chegados ao Brasil entre os anos finais da escravidão e a Revolução de 1930 e se analisa as concretas condições de sua lenta assimilação, pode-se com facilidade constatar as reduções contidas na definição genérica de *imigrante*, usada para citar e situar esse protagonista da modernização das relações de trabalho no país. Houve, como é óbvio, diferenças culturais importantes entre italianos e espanhóis, entre latinos e eslavos ou entre latinos e japoneses. Como houve diferenças culturais profundas entre italianos do Vêneto e italianos da região de Nápoles ou da Calábria.

Mas não foram apenas culturais as diferenças entre imigrantes dessas diferentes nacionalidades. Houve, no Brasil, diferenças de oportunidades sociais e econômicas, diferenças no modo de inserção na economia cafeeira ou na localização na cidade de São Paulo e seu subúrbio. Houve enormes diferenças entre imigrantes da mesma nacionalidade, como italianos e alemães que vieram para São Paulo e os que foram para Santa

(*) - Publicado originalmente em Zélio Alves Pinto (org.), *História e Personagens*, Imprensa Oficial/Editora Senac, São Paulo, 2002, p. 84-87.

Catarina, o Rio Grande do Sul ou o Espírito Santo. Houve diferenças fundamentais entre os colonos de uma mesma nacionalidade, localizados em São Paulo, que foram trabalhar nos cafezais e aqueles que foram para os núcleos coloniais, já com direito assegurado de acesso à pequena propriedade familiar. Houve diferenças importantes entre os que chegaram primeiro e os que chegaram mais tarde, em consequência do próprio dinamismo da agricultura cafeeira, que sofreu grandes mudanças agronômicas e tecnológicas entre o fim da escravidão e sua decadência nos anos cinquenta deste século. Refiro-me a diferenças no modo de viver e de experimentar o relacionamento com a sociedade de adoção.

A compreensão do que se passou com o imigrante no Brasil depende de se considerar um sem número de particularidades em situações específicas e peculiares. Pude compreender a necessidade de pesquisar e interpretar a imigração com base nessa premissa quando estudei o caso do núcleo colonial de São Caetano, o mais próximo da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, que seria inaugurada em 1888: apenas dez minutos de trem. O núcleo de São Caetano tem uma característica que certamente foi comum a muitos grupos de imigrantes, sobretudo italianos, que chegaram juntos ao Brasil e juntos foram encaminhados ao núcleo colonial ou à fazenda de destino: a da origem comum e da viagem conjunta.

Os colonos que foram instalados no núcleo colonial de São Caetano, na tarde de 28 de julho de 1877, vieram todos no mesmo navio, o *Europa*, embarcados em Gênova no dia 29 de junho. Procediam todos da mesma

aldeia, Cappella Maggiore ou de aldeias vizinhas e muito próximas, como Sármede, Rúgolo, perto de Vittorio, província de Treviso, no Vêneto. Examinando documentos eclesiásticos em Cappella Maggiore, foi-me possível colher indícios de que havia, provavelmente, laços de parentesco entre todos eles. O número dos que vieram para São Caetano, no mesmo dia e na mesma viagem, e o tamanho reduzido das aldeias de origem sugerem o enorme impacto que o êxodo provocava nas localidades de origem.

Em Vittorio, um padre interessado na história da emigração explicou-me que justamente esse impacto motivou o aparecimento de um livro de registro de acontecimentos nas paróquias que mais impacto sofriam com a emigração, o chamado de *Libro dello stato di anima*. Nesse livro se registrava essas saídas maciças, momentos de adeus definitivo, súbitas e definitivas separações de pais e filhos, de irmãos, de avós e netos. Uma preciosa coletânea de cartas de emigrantes vênnetos, publicada pelo historiador italiano Emilio Franzina, dá bem a medida dessas rupturas dramáticas e de um detalhe esquecido pelos estudiosos brasileiros da história da imigração: a esperança de voltar.

No Cemitério do Araçá, em São Paulo, um emocionante documento desse momento doloroso é o túmulo de Antonio Lerario. Ainda em vida, contratou um artista para projetar sua tumba, que seria ao mesmo tempo um monumento funerário. Sobre uma ampla base de pedra, sua estátua em tamanho natural, bem jovem, guarda-chuva dependurado no braço esquerdo, enquanto com o braço direito dá adeus a um casal de campone-

ses, seus pais, também esculpidos em tamanho natural. Ao redor dessa base de pedra, uma seqüência de placas de metal conta em relevo o trabalho e o modo de vida dos camponeses de sua terra. Sobre a base de pedra, ergue-se uma coluna em que há superpostos quatro painéis de bronze que sucessivamente exibem novamente esse momento de despedida, a viagem de navio, o primeiro trabalho como vendedor de jornais e o último trabalho como rico comerciante de cereais na rua Santa Rosa. Aí se celebra as raízes, o desenraizamento e o trabalho com seus frutos, a ascensão social.

Diversamente, no núcleo colonial de São Caetano, em poucos anos, vários dos colonos abandonaram seus lotes ou venderam seus direitos a terceiros. Há indícios de que alguns retornaram à Itália e outros foram para as fazendas de café, impossibilitados de pagar pela terra recebida do governo. Havia uma mística profunda nos imigrantes, sobretudo os italianos: recompor os laços de família, que a pobreza na Itália havia ameaçado ou rompido. Não poucos imaginavam que no Brasil ficariam ricos em pouco tempo, podendo então retornar à pátria para viver da renda da terra deixada aqui em mãos de terceiros, muitas vezes um filho. Mas, o retorno do imigrado era o que menos queriam os grandes fazendeiros. Logo nos primeiros dias de chegada ao núcleo colonial, colonos protestaram porque constataram que haviam chegado ao lugar errado, pois supunham que, pelo contrato, seriam enviados para Santa Catarina, para se reencontrarem com parentes que já se encontravam lá.

Na verdade, quando embarcavam, os emigrantes não tinham clara idéia de qual era o país ou a região para a qual estavam sendo levados. A América era uma defini-

ção genérica, tanto podia ser o Brasil, a Argentina ou os Estados Unidos. Quem embarcava em Nápoles desembarcava certamente nos Estados Unidos. Quem embarcava em Gênova ou vinha para o Brasil ou ia para a Argentina. Havia um acerto nesse sentido entre as companhias de navegação.

Filhos de colonos nascidos em São Caetano voltaram para as aldeias de origem meio século depois da imigração dos pais. Um historiador local, que conheci em Cappella Maggiore, era filho de uma filha de colonos nascida em São Caetano no começo do século. Casou-se e retornou ao *paese* dos pais. Quando alguém morria aqui, era feita a partilha de seus bens e o que correspondesse aos herdeiros de lá era minuciosamente relacionado e informado: vi cartas nesse sentido de moradores de São Caetano, dos anos vinte, enviadas a parentes da aldeia de origem que eles nem conheciam. Era como se não houvesse uma enorme distância, um oceano inteiro, entre o Brasil e a Itália, entre São Caetano e Cappella Maggiore.

Durou pelo menos meio século esse aldeísmo dilacerado. Aqui, ele teve um desdobramento na utopia comunitária que floresceu entre os colonos e se manteve durante muitas décadas. Esses imigrantes falavam o dialeto vêneto e não o italiano. Em pouco tempo, o governo imperial enviou ao núcleo colonial novas levas de colonos, a segunda das quais era constituída de imigrantes de Mântua. Foram as diferenças dialetais que levaram à difusão da língua italiana entre os colonos de origens culturais diversas, forma de ampliar o comunitarismo utópico com uma língua, para eles, igualmente

utópica e estrangeira. Os colonos eram identificados como italianos, mas não se identificavam como italianos. Entre os de São Caetano, vários tinham documentos austríacos, escritos em alemão, resquício da ocupação do Vêneto pela Áustria até muito perto da época em que emigraram para o Brasil.

Em grande parte, esses mecanismos de tradicionalização da visão de mundo e da mentalidade estão diretamente relacionados com uma história que só como exceção foi uma história de ascensão social. Na segunda geração de colonos de São Caetano, eram eles mais pobres do que quando chegaram seus pais e são muitas as evidências documentais desse fato. O percurso da história foi aí oposto ao que sugere o conceito de *imigrante* na historiografia brasileira, sempre equivocadamente associado à ascensão social.

A italianidade, como ficou conhecido o fenômeno cultural da identificação comunitária através da língua nacional de origem, a italiana, veio cimentar e prolongar o familismo de aldeia comprometido pela realidade social do país de adoção, por sua própria dinâmica. Apesar de todas as transformações que ocorreram na cidade de São Paulo e no subúrbio, sobretudo com a industrialização que, vinte anos depois da chegada havia transformado não poucos colonos em operários de fábricas, essa identidade utópica permaneceu forte. As profundas rupturas que ocorrem nas relações sociais, quando uma sociedade agrícola se transforma numa sociedade industrial, foram em grande parte atenuadas e redefinidas pelo vigor do familismo de aldeia, de que ainda há fortes traços na localidade.

Foram várias as manifestações dessa utopia. Logo

nos primeiros tempos, a fundação da Irmandade de São Caetano, por sinal um santo vêneto, que mesclava características de corporação religiosa com sociedade de mútuo socorro. Dezesseis anos depois da chegada, o praguejamento das videiras pela filoxera, que prejudicou seriamente a produção de uva e de vinho, principal produção local, levou muitos colonos à pobreza e à necessidade de vender suas terras para as indústrias que estavam nascendo, interessadas nos terrenos à margem da ferrovia, a São Paulo Railway. Não poucos se tornaram operários. Foi nesse momento, em 1892, que fundaram a Società di Mutuo Soccorso "Principe di Napoli", uma irmandade de auxílio mútuo que incorporava vizinhos e não-parentes numa teia de obrigações e reciprocidades próprias de uma expansão dos laços de família. A Società funcionou por quase cem anos e só foi extinta há pouco tempo. Em 1905, uma nova associação desse tipo foi fundada, a Sociedade Beneficente Internacional União Operária, ainda hoje existente, em grande parte formada por descendentes dos antigos colonos.

O imigrante, e certamente foi o caso do imigrante italiano, não era uma "página em branco" pronta para receber as marcas da ideologia da imigração formulada pela classe dos grandes proprietários de terra: supostamente, com muita privação e muito trabalho ele se tornaria rico e patrão. Isso aconteceu num número proporcionalmente muito pequeno de casos. Quando se vê a imigração com "olhos microscópicos", como neste caso, pode-se então ver a complexidade do processo de ajustamento do imigrante à sociedade brasileira, que se

esconde por trás dos estereótipos e das grandes categorias sociais. O familismo de aldeia, muito mais do que a nacionalidade de origem, foi uma referência fundamental na definição da identidade do imigrado e de seus descendentes, fundamento de uma ética e de uma visão de mundo que ainda persiste.

Capítulo 4

*Viagem crítica pelo interior da história mítica da imigração**

Quando se fala da imigração estrangeira para o Brasil, é muito raro que não seja ela tratada como um fenômeno social e histórico homogêneo. Pode-se dizer que há um estereótipo do que foi a imigração, um esquema simplificador que reduz uma história dramática a uma epopéia de ascensão social que não houve para uma grande maioria dos imigrantes. Infelizmente, os próprios descendentes de imigrantes incorporaram como sua uma história mítica que começou a ser montada antes mesmo que a massa dos imigrantes estrangeiros chegasse ao Brasil. O senador Antônio da Silva Prado, do Partido Conservador, grande artífice do modelo adotado para a extinção da escravatura no Brasil, explicava no Senado, em 1888, no momento mesmo em que se desencadeava a chamada Grande Imigração, que se o imigrante fosse "morigerado, sóbrio e laborioso" teria, então, legítimo acesso à condição de proprietário de terra⁴⁶.

Por que o senador paulista, grande figura política do

(*) - Publicado originalmente em Zélio Alves Pinto (org.), *História e Personagens*, Imprensa Oficial/Editora Senac, São Paulo, 2002, p. 80-83.

(46) - Cf. Nazareth Prado, *Antonio Prado no Império e na República*, F. Briguiet & Cia. - Editores, Rio de Janeiro, passim.

Império e da Primeira República, grande fazendeiro de café e moderno empresário industrial, estava preocupado em definir o modo como o imigrante se tornaria proprietário de terra e realizaria um suposto ideal de ascensão social? A resposta a essa pergunta é a chave para se compreender adequadamente o que foi a imigração estrangeira para nosso país.

Foi pouco depois da Independência que se abriu entre nós o debate sobre o provável e talvez necessário fim da escravidão no país. Menos por generosidade de quem quer que seja ou como resultado de uma consciência do negro sobre o que a escravidão significava e muito mais claramente como resultado do próprio desenvolvimento e internacionalização do capitalismo. Concretamente, a escravidão representava um obstáculo ao desenvolvimento capitalista numa fase em que esse desenvolvimento passava a depender da ampliação do mercado. Em teoria, com escravidão, o mercado é restrito. É necessário transformar o próprio trabalhador em consumidor livre. Para isso, faz-se necessário transformá-lo em assalariado, aumentar o fluxo de renda, viabilizar, assim, a reprodução ampliada do capital através da realização da mais-valia sob a forma de lucro.

Teoricamente, isso é simples. Na prática, porém, é uma questão complicada: quem paga os proprietários de escravos pela liberdade de pessoas nas quais investiram seus capitais? Apesar das pressões da Inglaterra, o principal país capitalista do mundo, na época, que queria o fim da escravidão no Brasil para viabilizar economicamente a produção do açúcar em suas colônias das Antilhas, onde já não havia escravidão formal, nosso país protelou por quase 20 anos a decisão de interrom-

per o tráfico negreiro (só o fez em 1850). Conseguiu, assim, protelar o fim da escravidão por meio século. A escravidão terminou, entre nós, apenas quando todas as suas possibilidades estavam esgotadas.

Os fazendeiros precisavam de trabalhadores que não tivessem outra alternativa senão a de trabalhar para eles. A escravidão assegurara esse mecanismo compulsório de trabalho vinculado à grande propriedade. Por isso, o regime de propriedade da terra podia ser, entre nós, o regime de sesmarias, uma concessão de uso da terra por parte do rei, que dependia unicamente do pagamento de tributos resultantes da produção, dispensando a necessidade da sua compra. Terra, na maior parte dos casos, não se comprava, apenas se ocupava e, depois, se pedia a legalização da ocupação à autoridade competente. A terra ainda não era equivalente de mercadoria. Era o uso da terra que gerava direitos. Escravos não podiam ser donos de terra (não podiam ser donos de nada), pois não tinham *status* jurídico de sujeitos de direito. Além disso, o costume estabelecia que quem não fosse branco de quatro costados ou não fosse católico não estava habilitado a ser senhor de terras. A terra era livre, porque o trabalho era cativo⁴⁷.

Quando se pôs o problema da libertação dos escravos, pôs-se o problema da propriedade da terra. Se livres os escravos, e pudessem portanto ocupar a terra livremente, quem iria trabalhar para os fazendeiros? O mesmo problema existiria se os imigrantes, sendo juridicamente livres, chegassem ao país e aqui ainda persistisse a liberdade de ocupação da terra que fora precon-

(47) - Cf. José de Souza Martins, *O Cativo da Terra*, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979, passim.

zada pelo regime de sesmarias.

Esse regime, aliás, fora extinto pouco antes da Independência do Brasil, que permaneceu sem uma lei de terras até 1850. Praticamente, na mesma ocasião em que se decidiu proibir o tráfico negreiro, aprovou-se a Lei de Terras, estabelecendo que a terra não poderia ser ocupada por outro meio que não fosse o da compra⁴⁸. Com isso, o imigrante só poderia se tornar proprietário de terra, e ascender socialmente, se trabalhasse antes para os grandes fazendeiros de café e de cana. Era isso que Antônio da Silva Prado queria dizer quando afirmou que o imigrante poderia se tornar proprietário se fosse morigerado, sóbrio e laborioso. Trabalhar para os grandes fazendeiros era uma condição para que, mais tarde, o imigrante pudesse trabalhar para si mesmo.

Mesmo os imigrantes que foram enviados aos núcleos coloniais, vitrina propositalmente organizada para demonstrar que tornar-se proprietário era uma possibilidade, passaram longos anos pagando pela terra recebida do governo. Nossos arquivos históricos estão cheios de documentos sobre imigrantes que nem assim conseguiram fazer esses pagamentos, especialmente os dos núcleos coloniais abertos nas proximidades da cidade de São Paulo a partir de 1877. E que por isso mesmo tiveram as mesmas terras transferidas pelo governo a outros colonos.

Foi somente com a crise do café em 1929 e a ruína econômica de muitos fazendeiros, que antigos colonos tiveram a possibilidade de comprar sítios e mesmo fazendas que haviam perdido a função econômica, ter-

(48) - Cf. Ruy Cirne Lima, *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*, 2ª edição, Livraria Sulina Editora, Porto Alegre, 1954, passim.

ras cujo preço de mercado caíra.

O mito criado por Antônio Prado para as populações rurais, para o imigrante estabelecido sobretudo em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo, também teve uma versão urbana. Esse mito foi personificado pelo Conde Francisco Matarazzo, chegado ao Brasil no século XIX e que logo se tornou um dos homens mais ricos do país. Quando falava aos seus operários, Matarazzo procurava reforçar a crença numa história, muito difundida nos bairros pobres de São Paulo, de que chegara ao Brasil pobre, trabalhara muito e durante muito tempo vivera de pão e banana. Porém, quando discursava para os membros de sua classe, aos industriais e fazendeiros ricos, aos governantes, ele fazia questão de sublinhar que tinha origem nobre, dizia mesmo que era descendente do Imperador Carlos Magno, e que chegara ao Brasil trazendo algum capital para os primeiros negócios⁴⁹. Duas histórias opostas. Em sua terra, Castelabate, perto de Salerno, na Itália, ainda existe o casarão que fora de sua família, provavelmente uma família da pequena nobreza agrária completamente arruinada.

Essas duas versões do mito da ascensão social pelo trabalho escondem completamente a dramática história de imigrantes de todas as nacionalidades. Infelizmente, a concepção mítica invadiu muitas interpretações acadêmicas e se sobrepõe a uma história real de transformações lentas, de adaptações e soluções retrógradas para o problema das relações de trabalho.

A versão mais comum dessa invasão diz respeito à

(49) - Cf. José de Souza Martins, *Conde Matarazzo - O Empresário e a Empresa*, 2ª edição, 2ª reimpressão, Hucitec, São Paulo, 1976, p. 16 e ss.

afirmação freqüente de que o escravo foi substituído pelo trabalhador assalariado nas fazendas de café. Isso representaria um enorme salto histórico, que provavelmente não houve em nenhuma sociedade e certamente em nenhuma houve de modo tão rápido e drástico. O trabalhador assalariado é aquele que recebe em pagamento de seu trabalho uma certa quantia de dinheiro. A relação de trabalho é completamente monetarizada. Isso não aconteceu no Brasil naquele momento, a não ser como exceção em algumas ocupações, sobretudo ocupações novas. A economia brasileira não tinha condições de passar por uma mudança tão radical nas relações sociais. O trabalho assalariado só foi se difundir de modo pleno em nossas fazendas de café e de cana a partir dos anos sessenta deste século, há pouco mais de trinta anos, quando o colonato estava sendo substituído pelo trabalho do operário avulso, o chamado bóia-fria.

Os grandes fazendeiros tentaram inicialmente a possibilidade da servidão temporária utilizando os "coolies", trabalhadores chineses que seriam obrigados a alguns anos de servidão antes de conseguirem a liberdade. O experimento funcionou precariamente no Rio de Janeiro e foi logo abandonado. Tentou-se a parceria, que também não deu certo porque o imigrante era submetido a uma espécie de escravidão por dívida, a peonagem, para pagar sua passagem e a passagem da família⁵⁰. Chegou-se, finalmente, ao regime de colonato, que combinava várias relações de trabalho: o colono recebia casa de morada, direito a um ou dois animais no pasto

(50) - Cf. José Sebastião Witter, *Um Estabelecimento Agrícola da Província de São Paulo nos Meados do Século XIX*, Coleção da "Revista de História", Vol. L, São Paulo, 1974, passim.

da fazenda, direito a uma espécie de quintal da casa, água, lenha e pagamentos anuais em dinheiro por quantidade de café colhido e pelo número de cafeeiros tratados durante o ano. Tinha eventualmente permissão de trabalhar como assalariado fora da fazenda, se tivesse cumprido suas obrigações de trabalho. Além disso, podia cultivar, nos primeiros tempos, as faixas de terra entre as leiras do cafezal, plantando feijão ou milho. Às vezes tinha que entregar uma parte da colheita ao fazendeiro, mas podia ficar com o que sobrava ou, eventualmente, tudo para seu consumo ou venda⁵¹.

Em troca, junto com sua família, tinha que limpar várias vezes por ano o cafezal, tinha que colher o café e, se houvesse necessidade de mão-de-obra auxiliar para a colheita, tinha que pagar salários de seu próprio bolso. Estava ainda sujeito a dias de trabalho gratuito para limpeza e manutenção de caminhos e pastos. Uma híbrida combinação de resquícios de relações servis e de condição camponesa com prenúncios de trabalho assalariado. No geral, os ganhos monetários nessa relação de trabalho eram proporcionalmente pequenos, motivo de reiterados protestos das autoridades italianas, que queriam ver seus emigrados enviando dinheiro para os familiares que ficaram na Itália, assegurando assim um fluxo de renda para a economia italiana, como acontecia com os que foram para os Estados Unidos e para a Argentina. Tanto que em 1905 o governo italiano proibiu a emigração subsidiada para o Brasil, cujo destino era compulsoriamente as fazendas de café de São Paulo.

(50) - Cf. José de Souza Martins, *O Cativo da Terra*, cit. Um amplo panorama da imigração, sobretudo italiana, para as fazendas de café de São Paulo, encontra-se em Chiara Vangelista, *Le Braccia per la Fazenda* - Imigrati e 'caipiras' nella formazione del mercato del lavoro paulista (1850-1930), Franco Angeli Editore, Milano, 1982.

Foram os italianos substituídos pelos espanhóis e pelos japoneses e, em menor número, por imigrantes de outras nacionalidades que repetiram o mesmo drama e as mesmas dificuldades.

Uma imigração desse tipo, que combinava relações de trabalho servis, trabalho autônomo e trabalho assalariado, introduziu uma grande lentidão no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Retardou a formação de um mercado interno correspondente ao tamanho da população e atenuou o ritmo da industrialização iniciada nas décadas finais do século XIX. Propiciou uma acumulação não capitalista de capital que somente após a crise de 1929 estimularia o desenvolvimento acelerado da indústria já em funcionamento em limitada escala.

Conclusão

Falar de emigração italiana para a América, e neste caso em particular para o Brasil, e falar da imigração estrangeira no Brasil, em particular a italiana, é falar de um dos mais impactantes episódios sofridos pela história dos dois países. Muitas pessoas se surpreendem quando se diz que a cidade de São Paulo é, provavelmente, uma das maiores cidades italianas do mundo. Milhões de seus habitantes tiveram ao menos um dos avós ou bisavós nascido na Itália, que veio para o Brasil entre o fim do século XIX e o início do século XX, sobretudo para trabalhar nas grandes fazendas de café, carentes da mão-da-obra que fora até então a do escravo negro. E é forte o sotaque italiano na língua portuguesa que ainda se fala em alguns bairros da cidade de São Paulo, como o Brás, a Moóca, o Bixiga, e no subúrbio, como alguns bairros de São Caetano do Sul, de São Bernardo do Campo, de Santo André.

Muitos outros desses imigrantes foram parar nos chamados núcleos coloniais, aglomerados de pequenas propriedades distribuídas e tuteladas pelo governo, especialmente para criar o efeito demonstração de que o

imigrante que vinha para o Brasil não era um novo escravo, mas um candidato à condição de promissor proprietário de terra. Esses núcleos foram experimentos sociais, lugares por excelência de fabulação do que era e devia ser o trabalho livre. Os quatro ensaios deste pequeno livro tratam de diferentes aspectos desse processo, diferentes prospecções numa história social rica de imaginário, tendo como referência um desses núcleos coloniais, o de São Caetano, no subúrbio da cidade de São Paulo.

As migrações constituem fenômenos demográficos, geralmente marcados profundamente pelo numérico dos deslocamentos populacionais. Neste livro, preferi tratar do dramático e fantasioso, do muito de sonho e fabulação que há nos processos migratórios, rebater essas dimensões da imigração para as relações sociais duras, adversas e difíceis na realidade social da sociedade de adoção do imigrante. O dramático e fantasioso remetem a história social para o fragmentário das relações sociais imediatas e cotidianas, as pequenas preocupações próprias da luta pela sobrevivência, a história vivida por seres de carne-e-osso.

Não só fantasiava o imigrante a respeito da sua trajetória, da sua opção, da enorme ruptura que havia em sua vida no ato de migrar. Fantasiavam também os grandes fazendeiros de café, impelidos pelo fim da escravidão a inventar uma sociedade nova, cujas regras e cujos valores ainda não conheciam; impelidos a reinventarem-se também como seres de uma sociedade nova, baseada na igualdade jurídica de seus sujeitos, em que já não imperava a o poder da chibata. O imigrante, o trabalhador dessa invenção social, era um ser de direitos e um ser de

vontades. Mas era acima de tudo um ser de imaginação. O que diferenciava o colono e o escravo, é que o colono podia sonhar o próprio modo de sua inserção na sociedade que com ele nascia.